

Veículo: Gov Bahia	
Data: 17/06/2021	



Sorteio de junho da Nota Premiada Bahia contempla moradores de 21 cidades

17 junho 2021



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

O resultado do sorteio de junho da Nota Premiada Bahia saiu nesta quinta-feira (17), contemplando 91 moradores de 21 municípios. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro da Vila Laura. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 55 foram para Salvador e 35 para o interior. A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no [site da campanha](#) e ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Feira de Santana e Itabuna, com seis pessoas sorteadas em cada um. Na sequência estão Camaçari (3), Teixeira de Freitas (2), Ipiáu (2) e Lauro de Freitas (2). Completam a lista 14 municípios que tiveram um sorteado cada: Dias D'ávila, Vitória da Conquista, Serrinha, Simões Filho, Candeias, Itapetinga, São Desidério, Catu, Alagoinhas, Juazeiro, Mucuri, Porto Seguro, Nazaré e Ibotirama.

Quem está cadastrado na Nota Premiada Bahia e costuma incluir o CPF na nota ainda terá uma grande chance este mês: no próximo dia 30 ocorre o aguardado sorteio especial de R\$ 1 milhão para um único participante. Concorrem todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021. Este será o terceiro sorteio especial desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em 2018.

Como participar

Para participar da Nota Premiada Bahia, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no [site](#) e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 612 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.678 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 608 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, já contabilizando repasse feito nesse mês de junho no valor de R\$ 3 milhões. **Fonte: Ascom/Sefaz**

Nota Premiada: confira a lista dos sorteados de junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação iBahia

O resultado do sorteio de junho da **Nota Premiada Bahia** saiu nesta quinta-feira (17) e contemplou 91 moradores de 21 municípios. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro da Vila Laura. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 55 foram para Salvador e 35 para o interior.

A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Feira de Santana e Itabuna, com seis pessoas sorteadas em cada um. Na sequência estão Camaçari (3), Teixeira de Freitas (2), Ipiaú (2) e

Lauro de Freitas (2). Completam a lista 14 municípios que tiveram um sorteado cada: Dias D'Ávila, Vitória da Conquista, Serrinha, Simões Filho, Candeias, Itapetinga, São Desidério, Catu, Alagoinhas, Juazeiro, Mucuri, Porto Seguro, Nazaré e Ibotirama.

Quem está cadastrado na **Nota Premiada Bahia** e costuma incluir o CPF na nota ainda terá uma grande chance este mês: no próximo dia 30 acontece o aguardado sorteio especial de R\$ 1 milhão para um único participante. Concorrem todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021. Este será o terceiro sorteio especial desde o início da campanha **Nota Premiada Bahia**, em 2018.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 612 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.678 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 608 no interior e uma fora do estado.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da

Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show
de Solidariedade

Nota Premiada Bahia contempla moradores de Feira e mais 20 cidades



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O resultado do sorteio de junho da **Nota Premiada Bahia** saiu nesta quinta-feira (17), contemplando 91 moradores de 21 municípios. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro da Vila Laura. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 55 foram para Salvador e 35 para o interior. A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site da campanha e ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Feira de Santana e Itabuna, com seis pessoas sorteadas em cada um. Na sequência estão Camaçari (3), Teixeira de Freitas (2), Ipiaú (2) e Lauro de Freitas (2). Completam a lista 14 municípios que tiveram um sorteado cada: Dias D'Ávila, Vitória da Conquista, Serrinha, Simões Filho, Candeias, Itapetinga, São Desidério, Catu, Alagoinhas, Juazeiro, Mucuri, Porto Seguro, Nazaré e Ibotirama.

Quem está cadastrado na **Nota Premiada Bahia** e costuma incluir o CPF na nota ainda terá uma grande chance este mês: no próximo dia 30 ocorre o aguardado sorteio especial de R\$ 1 milhão para um único participante. Concorrem todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021. Este será o terceiro sorteio especial desde o início da campanha **Nota Premiada Bahia**, em 2018.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 612 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.678 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 608 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, já contabilizando repasse feito nesse mês de

junho no valor de R\$ 3 milhões.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - Nota Premiada Bahia,Sua Nota é um Show
de Solidariedade

Saiba quais foram as 21 cidades contempladas no Sorteio de junho da Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O resultado do sorteio de junho da **Nota Premiada Bahia** saiu nesta quinta-feira (17), contemplando 91 moradores de 21 municípios. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro da Vila Laura. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 55 foram para Salvador e 35 para o interior. A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site da campanha e ainda no Instagram (@notapremiadabahia) e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba).

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram ganhadores, destaque para Feira de Santana e Itabuna, com seis pessoas sorteadas em cada um. Na sequência estão Camaçari (3), Teixeira de Freitas (2), Ipiaú (2) e Lauro de Freitas (2). Completam a lista 14 municípios que tiveram um sorteado cada: Dias D'Ávila, Vitória da Conquista, Serrinha, Simões Filho, Candeias, Itapetinga, São Desidério, Catu, Alagoinhas, Juazeiro,

Mucuri, Porto Seguro, Nazaré e Ibotirama.

Quem está cadastrado na **Nota Premiada Bahia** e costuma incluir o CPF na nota ainda terá uma grande chance este mês: no próximo dia 30 ocorre o aguardado sorteio especial de R\$ 1 milhão para um único participante. Concorrem todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021. Este será o terceiro sorteio especial desde o início da campanha **Nota Premiada Bahia**, em 2018.

Como participar

Para participar da **Nota Premiada Bahia**, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site e, após essa etapa, pedir para inserir o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos comerciais. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, para doar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 612 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.678 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 608 no interior e uma fora do estado.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões

distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades, já contabilizando repasse feito nesse mês de junho no valor de R\$ 3 milhões.

Fonte: Ascom/Sefaz

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Nota Premiada inclui R\$ 100 mil para cidades da região



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Redação do Diário

A **Nota Premiada Bahia** sorteará R\$ 1 milhão dia 30

O resultado do sorteio de junho da **Nota Premiada Bahia** saiu nesta quinta-feira (17), contemplando 91 moradores de 21 municípios. O prêmio de R\$ 100 mil foi para uma participante da capital, que mora no bairro da Vila Laura. Dos 90 prêmios de R\$ 10 mil, 55 foram para Salvador e 35 para o interior.

A lista completa dos ganhadores pode ser consultada no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ainda no Instagram @notapremiadabahia e nas redes sociais da Secretaria da Fazenda: Instagram @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

ganhadores, destaque para Feira de Santana e Itabuna, com seis pessoas sorteadas em cada um. Na sequência estão Camaçari (3), Teixeira de Freitas (2), Ipiaú (2) e Lauro de Freitas (2). Completam a lista 14 municípios que tiveram um sorteado cada: Dias D'Ávila, Vitória da Conquista, Serrinha, Simões Filho, Candeias, Itapetinga, São Desidério, Catu, Alagoinhas, Juazeiro, Mucuri, Porto Seguro, Nazaré e Ibotirama.

Quem está cadastrado na **Nota Premiada Bahia** e costuma incluir o CPF na nota ainda terá uma grande chance este mês: no próximo dia 30 acontece o aguardado sorteio especial de R\$ 1 milhão para um único participante. Concorrem todos os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio de 2021. Este será o terceiro sorteio especial desde o início da campanha **Nota Premiada Bahia**, em 2018.

O post Nota Premiada inclui R\$ 100 mil para cidades da região apareceu primeiro em Diário Bahia.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia

Entre os municípios do interior da Bahia que tiveram

ECONOMIA

Privatização da Eletrobras avança no Congresso

PLACAR APERTADO O Senado aprovou ontem por 42 votos a 37, a medida provisória que viabiliza a privatização da Eletrobras, estatal de geração e transmissão de energia. Associações do setor calculam que, da forma como foi aprovado o texto, o custo total da operação para os consumidores será de R\$ 84 bilhões, o que vai acabar aumentando as contas de luz de famílias e empresas. Segundo elas, os custos adicionais devem onerar os consumidores "por décadas".

Já o governo afirma que a privatização da Eletrobras pode reduzir a conta de luz em até 7,36%, sem detalhar como o cálculo foi feito. Como houve mudanças, o texto precisará ser novamente analisado na Câmara.

84B
De reais é o quanto os consumidores devem pagar com a capitalização da estatal segundo empresas do setor

A votação está prevista para a segunda, 21, um dia antes de a MP perder a validade.

Hoje, a União possui cerca de 60% das ações da Eletrobras. Com a capitalização, a partir da emissão de ações, deve reduzir a participação na empresa para cerca de 45% das ações.

Enviada pelo governo em 23 de fevereiro, a proposta é uma das prioridades do Executivo e aposta na área econômica para ampliar investimentos da empresa, que é a maior companhia de energia elétrica da América Latina. Anteriormente, a equipe de Bolsonaro tentou viabilizar a operação por meio de um projeto de lei, que não avançou. Também houve tentativas de privatização no governo Temer.

O principal destaque (que poderia modificar o teor fi-

nal da proposta) era o apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), para retirar a maioria das emendas estranhas ao texto original, mas que foi rejeitado. Mais cedo, havia uma articulação entre os senadores para votar a favor desse destaque, mas o governo passou as últimas horas orientando sua base a rejeitá-lo para o que o texto final fosse o do relator, senador Marcos Rogério (DEM-RO), que não apenas manteve os jabutis da Câmara como incluiu outros.

Apesar do discurso de buscar um texto de "convergência", Marcos Rogério não conseguiu construir consenso e o governo precisou conceder benefícios para diversas bancadas para garantir apoio à proposta, que pode ser a primeira privatização aprovada pelo Congresso durante a gestão atual.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,0220	R\$ 5,0225
Dólar Turismo	R\$ 5,0600	R\$ 5,2030
Euro turismo	R\$ 6,0270	R\$ 6,2000

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	128.057,22	-0,93%

POUPANÇA

18/06/2021	0,2019%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.300,00

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,37%	2,37%	6,76%
INPC/IBGE	0,38%	2,35%	7,59%
IGP-M/FGV	1,5%	9,89%	6,88%

O PIB É AGRO

4%

É o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio da Bahia no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2020, somando R\$ 21,6 bilhões - 25,1% de toda a atividade econômica do estado. O cálculo é da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

DIVULGAÇÃO



Daniel Landim é CEO da ITS

ITS ingressa no mercado de internet residencial

FIBRA A empresa ITS Brasil, uma das maiores provedoras de internet do Nordeste, anunciou ontem o lançamento do novo serviço ITS Fibra+, que oferecerá banda larga residencial para Salvador e Região Metropolitana. O anúncio foi feito durante live do cantor Bell Marques, garoto-propaganda da empresa. "Seguimos com o

propósito de valorizar cada vez mais o mercado da Bahia", afirmou Daniel Landim, CEO da empresa. "Internet de qualidade é garantia de estabilidade no mercado, por permitir novos modelos de negócios e indústrias e melhores condições de trabalho", completou. Os planos começam a partir de R\$109,90 (200 MB).

VIVA
SÃO JOÃO
COM ESTILO

mahalo

acesse o site
mahalo.com.br
e aproveite as ofertas

f @ mahaloficial

ECONOMIA

IBGE Um setor mais enxuto, mas em recuperação. É esse o retrato da construção civil da Bahia no início da pandemia, conforme revelado pela Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), divulgada pelo IBGE ontem. O estudo utilizou dados de 2019. Em 31 de dezembro daquele ano, estavam abertas 2.372 empresas do segmento no estado, 9,2% a menos que em 2018 (2.613). Ou seja, 241 empresas fecharam as portas em um ano.

De acordo com o economista Tiago Brito, head de mercado de capitais da Azul Capital, esse cenário não deve mudar no curto prazo. No entanto, a queda no número de empresas não significa necessariamente um choque no setor e nem na sua capacidade de gerar empregos segundo Carlos Henrique Passos, diretor de relações institucionais do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon-Ba).

Passos cita que, em 2021, 7 dos 52 mil empregos gerados na Bahia foram na construção civil. "Como os negócios são muito individuais e não há grandes obras públicas ou imobiliárias, os contratos estão menos amplos, o que deixa empresas menores de fora. É preciso



Número de empresas caiu, mas segmento ainda é grande gerador de empregos no estado da Bahia

Construção civil: 241 empresas fecharam em um ano

analisar o setor todo e não só olhar para o que se perdeu. Estamos relativamente bem dentro de uma economia complicada", fala.

Um exemplo disso é a MRV, que afirmou em nota que aumentou o número de contratações para garantir o cumprimento de cronogramas de entregas e em função

das várias obras que estão sendo iniciadas no estado. "Em Salvador e Região Metropolitana foram lançados três empreendimentos nesta primeira metade de 2021 e novos lançamentos de imóveis vão ocorrer para atender clientes de diferentes faixas de renda", completou.

Para Passos, o fechamento

de quase 250 empresas poderia indicar uma alta na desocupação, mas não é o que ocorre. "Perdemos, em 2020, 638 postos, o que é pouco se considerarmos a pandemia. O setor de serviços, por exemplo, perdeu cerca de 10 mil vagas".

Ainda segundo o diretor do Sinduscon-Ba, a dimi-

“É preciso analisar o setor todo e não só olhar para o que se perdeu. Estamos relativamente bem dentro de uma economia complicada”
Carlos Henrique Passos

Diretor de relações institucionais do Sinduscon-Ba

nuição no número de empresas do setor no estado é resultado de uma soma de problemas, como o desemprego – que dificulta a concessão de financiamento para a compra da casa própria – e a redução no número de obras públicas. “Temos poucos investimentos em obras públicas e, quando elas existem, são na área de mobilidade urbana, logística ou mesmo de rodovias. Não são obras que geram oportunidades para os pequenos, como as de edificações”, relata.

#Segundou NO CORREIO*

**TODAS AS
SEGUNDAS
ÀS 19H
NO INSTAGRAM
@CORREIO24HORAS**

**21
JUN**

**TUDO SOBRE A
NOVA TENDÊNCIA:
TRÁFEGO PAGO
NO DIGITAL**



Entrevista com
Joca Guanaes
Marketing e consultor de estratégia



Gestor de tráfego pago

*Daviniel
Neves*

Correio*

Mesmo sem festa, muito a comemorar

Agricultura A produção do campo vem mantendo o ritmo da economia alto

redação
REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

As festas juninas são um momento para a celebração a cultura nordestina, mas também um momento de festa para a agricultura. É quando o cheiro das comidas típicas invade até as cidades grandes e até mesmo a população da cidade volta a sua atenção para a vida no campo. Pelo segundo ano consecutivo, a pandemia impede os arrasta-pés, mas mesmo com todas as dificuldades, o homem do campo tem muito o que comemorar, acredita o produtor rural Humberto Miranda, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (Faeb).

Humberto Miranda lembra que o momento é de dificuldades para todos porque a pandemia do coronavírus provocou mortes em todos os setores da sociedade e perdas econômicas, entre os produtores de frutas e leite, por exemplo, principalmente entre os de pequeno porte. “Esse problema afetou de fato a vida das pessoas e o negócio rural, mas o setor criou neste momento difícil um slogan,

‘o agro não pode parar’, e a gente realmente não podia parar”, lembrou durante conversa com o jornalista Donaldson Gomes, no Programa Política & Economia, veiculado ontem no Instagram do CORREIO (@correio24horas).

O produtor continuou, com todos os cuidados, usando máscara, álcool em gel, seguindo todas as orientações da área de saúde, diz. Em 2020, a agropecuária registrou a maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia nos últimos dez anos, destaca. “Mais de 23% do PIB, mais de 23% das exportações do estado foram do setor, alguns produtos se valorizaram”, enumera. Ele lembra que a região Oeste bateu recordes de produção, com mais de 10 milhões de toneladas de grãos.

“É bom registrar que nem tudo são flores, os custos de produção aumentaram muito porque os insumos de produção são baseados no dólar”, explica. Mesmo produtos locais, como soja e milho registraram alta nos preços, influenciados pelo mercado internacional. “Isso impactou atividades como suinocultura e a avicultura, entre outras”.



O jornalista Donaldson Gomes recebeu o presidente da Faeb, Humberto Miranda, no Programa Política & Economia que foi veiculado ontem

Ele acredita que o sentimento de posse, de amor mesmo, em relação à terra ultrapassa os aspectos econômicos. “Eu mesmo ando por tudo quanto é canto, mas nada se compara com minha roça, ela me energiza. Eu volto de lá pronto para enfrentar a semana”, diz.

“O São João é parte da nossa cultura, da nossa história e é, inclusive, o momento do reencontro”, destaca Humberto Miranda. Ele é natural

de Miguel Calmon e conta que neste período, em situações normais, os festejos costumam atrair contêrreos dos lugares mais distantes. “A gente entende este momento que o mundo inteiro está passando e que afetou inclusive essa tradição tão importante para nós”.

O São João no Correio conta com o apoio da Perini, Mahalo, E Stúdio, ITS Brasil, Hotel Vila da Praia e Bluear-tes.

🔴🔴 Esse problema (pandemia) afetou de fato a vida das pessoas e o negócio rural, mas o setor criou neste momento difícil um slogan, ‘o agro não pode parar’, e a gente realmente não podia parar

🔴🔴 Mais de 23% do PIB, mais de 50% das exportações do estado foram do setor, alguns produtos se valorizaram

🔴🔴 É bom registrar que nem tudo são flores, os custos de produção aumentaram muito porque os insumos de produção são baseados no dólar
Humberto Miranda
Presidente da Faeb

Agricultura caminha para outro ano bom

A abertura de novos mercados foi um dos principais fatores que explicam o recorde de produção registrada pela agricultura baiana em 2020. Além de ampliar a sua participação da composição do PIB, o setor registrou um aumento no valor da produção, que passou de algo em torno de R\$ 60 bilhões para R\$ 72,4 bilhões. “Houve um crescimento significativo em números absolutos. Isso se deu por essa abertura de mercado, que ajudou muito, o dólar subiu e, ao mesmo tempo em que elevou custos, valo-

rizou algumas commodities”, explica

Mesmo vindo de ano recorde, a Bahia tem tudo para ter em 2021 um outro ano positivo no setor agropecuário, aponta Miranda. “Nossa indústria é a céu aberto e fica exposta a uma série de fatores, então a assertividade do resultado é só quando fecha mesmo o ano, mas se nada mudar os prognósticos são de na pior das hipóteses manter uma posição muito boa”, diz.

Ele destaca a expectativa de retomada em atividades que se retraíram por conta

da covid-19. “Estamos com boas sinalizações para as produções de manga e uva”, exemplifica.

Entre os gargalos para um ritmo de crescimento maior, ele lembra problemas como a falta de energia elétrica, inclusive no Oeste, um dos principais polos agrícolas do estado. “Tem empresas que deixam de se instalar na região, levando emprego e renda, por falta de uma coisa básica que é energia elétrica”, diz.

Além disso, há problemas na infraestrutura de escoamento, lembra. “Tem es-

tradas estaduais que são asfaltadas pelos produtores”, diz. Outro problema é a falta de conectividade. “Um grande empresário consegue instalar uma torre em sua propriedade e resolve este problema, mas temos milhares de pequenos produtores que ficam até sem conseguir falar com suas famílias”, diz. “Além disso, a tecnologia vai permitir que ele tenha o acesso à educação, conheça as melhores tecnologias e tenha o conhecimento necessário para desenvolver a sua atividade”, afirma.

GARGALOS

● **Energia** Deficiências na oferta de energia elétrica são apontadas como um dos gargalos para um maior ritmo de desenvolvimento no campo

● **Estradas** Em algumas regiões do estado, cabe aos produtores a tarefa de melhorar as condições de rodovias estaduais

● **Conectividade** A falta de acesso à internet e mesmo do sinal de telefonia dificulta até o contato com a família

Tribuna

Operação aperta o cerco contra fraudadores do auxílio emergencial

CLEUSA DUARTE
REPORTER

A Polícia Federal cumpriu dois mandados de prisão temporária e outros quatro de busca e apreensão em uma operação de combate às fraudes em benefícios emergenciais, na manhã de ontem (17), em Salvador. De acordo com a PF, os mandados estão vinculados a três inquéritos, que investigam indícios de fraude em ao menos 98 contas. Essas fraudes geraram um prejuízo de R\$60.600,00 aos cofres públicos. Esse montante pode ser ainda maior, porque a análise dos valores foi feita em um período de apenas oito dias. De acordo com a delegada Suzana Jacobina, somente na primeira etapa os valores

chegaram a quase R\$600 mil aos cofres públicos.

"O objetivo da operação da Sexta Parcela é combater ações e organizações criminosas que fraudam os benefícios emergenciais criados em 2 de abril de 2020 para suprir financeiramente os vulneráveis economicamente no momento da pandemia do coronavírus. Focamos nas buscas nos smartphones dos fraudadores, aparelhos de telefonia móvel. As fraudes estão ocorrendo no ambiente virtual, por isso é muito importante extrair informações para perícias".

O prejuízo segundo a delegada foi subdimensionado porque análise foi realizada em 8 dias, "estão subdimensionados, sabemos que o resultado que tivemos em operação anterior deflagrada na

1ª parcela o prejuízo inicial era calculado em R\$ 35 mil e após as investigações avançarem chegamos ao prejuízo de R\$ 580 mil recentemente".

Os dois fraudadores presos ontem são parentes e agem em parceria e não tem antecedentes criminais. Também não têm ligação com fraudadores de outros estados. Eles também não atuam na área de novas tecnologias. As investigações continuam para chegar aos demais comparsas. Os bairros da atuação foram Cidade Nova, Pernambués e Centro da cidade. "Os dois presos foram interrogados e colaboraram com as investigações. Confessaram e para êxito do prosseguimento da operação indicaram o mentor da fraude e as diligências continuam para localizar o responsável", disse Jacobina.



Foto: Divulgação

BENEFÍCIO

Pandemia: o auxílio emergencial começou a ser pago em abril de 2020

PREJUÍZOS

Suzana Jacobina ainda destacou que "é muito importante essa operação para combater e paralisar ações criminosas especializadas nestas fraudes, porque em março de 2021 foi estimado pelo Tribunal de Contas da União que 7,3 milhões de auxílios emergenciais foram indevidamente pagos. Um prejuízo de cerca de R\$54 bi-

lhões para a União".

O auxílio emergencial começou em abril de 2020 e segundo Jacobina, as fraudes começaram no mês seguinte. Os dois presos estão detidos temporariamente na sede da Polícia Federal por cinco dias e responderão processo por furto mediante fraude qualificada que é o Artigo 5º e parágrafo 4º do código penal combinado com

o crime de associação criminosa, artigo 288 do código penal. Os presos também tiveram bloqueio bancário e afastamento de sigilo bancário. Nas ações criminosas estão envolvidos três homens e uma mulher, sendo três trabalhadores e um desempregado. O perfil deles é conhecer muito as novas tecnologias e o mentor a princípio é um empresário.

Tribuna

Após 2019, aposentado de estatal deve deixar emprego

AGÊNCIA BRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) fixou nessa quarta-feira (16) a tese segundo a qual os empregados públicos de empresas estatais que se aposentaram após a reforma da Previdência de 2019 perdem o vínculo empregatício e não podem seguir trabalhando e recebendo salário.

O entendimento foi alcançado no julgamento de um recurso da União e dos Correios que pediam a reversão de uma decisão da Justiça Federal. A estatal teria que readmitir empregados que haviam sido desligados ao se aposentar, porém antes da Emenda Constitucional (EC) 103/2019.

O Supremo confirmou, em 12 de março, a decisão de readmissão dos funcionários. No julgamento, prevaleceu o entendimento que considerou constitucional o artigo 6 da reforma da Previdência, que expressamente isen-

tou os empregados públicos aposentados antes da EC 103/2019 de terem de deixar o emprego, no caso das aposentadorias pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Nessa quarta-feira (16), os ministros fixaram uma tese de repercussão geral para o assunto, que de agora em diante serve de parâmetro para casos similares envolvendo empregados dos Correios e de outras empresas estatais. O enunciado deve ser usado para destravar cerca de 1,7 mil processos espalhados pelo país que aguardavam o entendimento do Supremo.

Na tese, além de afirmar que a aposentadoria inviabiliza a permanência no emprego público somente após o advento da EC 103/2019, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também fixaram que as disputas sobre o assunto são de natureza administrativa, e portanto de competência da Justiça Federal comum, e não da trabalhista.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 17/06/2021	



PIB do agronegócio baiano cresce 4% no primeiro trimestre de 2021

17 junho 2021



Foto: Aiba

O PIB do agronegócio baiano, calculado e divulgado nesta quinta-feira (17) pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), apontou crescimento de 4% no primeiro trimestre de 2021, na comparação com o mesmo trimestre de 2020. Os destaques são os preços da soja, com crescimento de quase 90%; algodão (+69, %); café (+20% em média); mamão (+120%); e boi (+53%).

As informações foram vistas com naturalidade pelo vice-governador João Leão, atual secretário do Planejamento, que não demonstrou surpresa com os dados. “Esses dados não fogem ao esperado. Para a produção de grãos, que foi recorde no ano passado, já se estima um novo recorde este ano, os dados das exportações e o próprio PIB do trimestre já anunciavam que o setor registraria crescimento, mas obviamente não podemos deixar de valorizar o sucesso do segmento”, comemorou.

No primeiro trimestre de 2021, o PIB do agronegócio totalizou R\$ 21,6 bilhões, correspondendo a 25,1% de toda a atividade econômica baiana. Essa elevada participação é decorrente tanto do crescimento do agronegócio acima do observado para o conjunto da economia, quanto da elevação nos preços das atividades do agronegócio, particularmente os produtos agrícolas que têm mantido a trajetória de crescimento das cotações nos mercados internacionais.

Fonte: Ascom/SEI/Seplan

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 18/06/2021	Coluna: Economia



DÓLAR MANTÉM QUEDA E RECUA ABAIXO DE R\$ 5 NESTA SEXTA



[admin](#) 18 Junho, 2021

O dólar opera em queda nesta sexta-feira (18), negociado bem perto do patamar de R\$ 5, em meio à expectativa de juros mais altos no Brasil. Às 10h07, a moeda norte-americana caía 0,53%, a R\$ 4,9959. Na quinta-feira, o dólar fechou em queda de 0,72%, a R\$ 5,0226 – menor cotação de encerramento desde 10 de junho de 2020 (R\$ 4,9334). Com o resultado, a moeda norte-americana acumula queda de 3,86% no mês e de 3,17% no ano. (G1).

Foto: Paulo Guereta/Agência O Dia/Estadão Conteúdo

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 18/06/2021	Coluna: Economia



EMPRESÁRIOS REVELAM ESTRATÉGIAS PARA PANDEMIA



Como já perguntava a cantora Clara Nunes: “Bolo de milho, broa e cocada. Eu tenho pra vender, quem quer comprar?”. É assim que os comerciantes que trabalham com produtos juninos estão em 2021 com a suspensão da festa, mais uma vez, por conta da pandemia: buscando quem queira comprar. Período de vendas aquecido pelas festas de São João, o mês de junho deste ano é mais um desafio para quem investe em produtos e comidas típicas. É o caso de Fábio Alves, produtor de licores artesanais. A marca “Seu Zé”, em homenagem ao pai já falecido, nasceu há seis anos.

A fabricação de licores faz parte da vida de Fábio, que via, desde pequeno, a mãe produzir para vender em Alagoinhas, onde moravam. Anos depois, ele conta que, mesmo no auge da pandemia, as vendas ano passado foram excelentes; esse ano, nem tanto. “Por incrível que pareça, em 2020 eu tive uma demanda muito alta. Esse ano está modesto, mas não está ruim”, conta. “Mas eu levo em consideração o fato de que, no ano passado, houve um período de confinamento mais rigoroso e havia auxílio emergencial para uma parte maior da população”, completa Fábio.

Além do impacto nas vendas, o produtor tem enfrentado ainda outras dificuldades trazidas pela crise sanitária, como a escassez de alguns materiais e alta nos preços da matéria prima. “O vidro ficou escasso, então precisei trabalhar com garrafas de plástico também”, conta. Outro fator que pode impactar as vendas de Fábio é o decreto estadual de restrição da venda de bebidas alcóolicas durante o período junino. E é pensando nisso que já tem uma galera se adiantando para comprar. “As pessoas anteciparam um pouco as compras, a demanda está bacana”, contou.

Além do produtor autônomo, quem também está buscando se reinventar nesse cenário são as lojas que trabalham com bolos e comidas tipicamente juninas. No Politeama, em Salvador, a D+ Doces entrou na moda das “festas na caixa” para trazer uma novidade no São João. De acordo com Samuel Cunha, gerente geral da loja, o objetivo é que as pessoas possam matar as saudades da festa. “Nós bolamos um kit com porções individuais para que as pessoas recordassem das suas experiências de São João”, conta. A caixa reúne um pouco de cada delícia da festa junina: bolo, balinhas de jenipapo, canjica, mungunzá e outras opções.

Mesmo com a novidade, a diferença na saída dos produtos é notável. “Sem pandemia temos um volume muito maior de vendas, da procura do bolo junino para tomar café. Infelizmente, em comparação, está muito abaixo do que a gente esperava”. destaca. Assim como Fábio, Samuel também

tem sentido o peso no bolso quando o assunto é mercado. “A gente tem que fazer muita matemática para que esse aumento não seja repassado aos clientes e a gente deixar de vender”, explica.

Redes

Com as vendas num ritmo diferente do habitual, a saída é trabalhar melhor o canal de vendas e divulgação através das redes sociais. Seja para quem produz sozinho, seja para uma loja com mais tempo de mercado, a internet virou um funcionário importante. Na D+ Doces, Samuel conta que a solução foi investir. “Precisamos pagar o tráfego”, contou sobre o pagamento para impulsionar publicação, que atinge mais pessoas na conta @dmaisdoces. “A gente tenta publicar na linha mais real possível”, completou.

Fábio conta que precisou usar o instagram na pandemia. “Antes disso sempre foi no boca a boca”, conta. Na rede social, o perfil @seuzelicor passou a ser mais cuidado. “O foco de tirar fotos, vídeos e inventar sabores veio em 2020”, conta.

Foto: divulgação



Sexta, 18 de Junho de 2021 - 06:40

Bahia recebe mais 183 mil doses da Pfizer na madrugada desta sexta-feira

Mais um lote com vacinas da Pfizer chegou à Bahia na madrugada desta sexta-feira (18). Foram entregues 183.690 doses do imunizante no Aeroporto de Salvador.

Como já anunciado pela Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), o quantitativo é menor do que o previsto inicialmente - eram esperadas 201.240 doses. Segundo a pasta, o departamento de logística do Ministério da Saúde errou ao informar à Coordenação de Imunização da Bahia o número de doses a serem enviadas ([veja aqui](#)).

Porém, ainda na manhã de hoje, estão previstas para chegar no território baiano mais 143.400 doses da Coronavac.



Sexta, 18 de Junho de 2021 - 00:00

Após parecer do MP, governo diz que não prevê recursos da Bahiatursa para lives juninas

por Jamile Amine

Após recomendação do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), condicionando o apoio da Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Bahiatursa) a lives juninas ao cumprimento "de normas de gestão de recursos públicos e de segurança sanitária durante a pandemia da Covid-19" ([saiba mais](#)), o governo da Bahia descartou qualquer investimento do órgão voltado à realização de eventos virtuais para marcar as festividades tradicionais.

Ao Bahia Notícias, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) informou que "não há recurso previsto para realização de lives juninas pela Bahiatursa". A Secom destacou ainda que o documento emitido pelo MP-BA trata de uma recomendação, e não de uma obrigatoriedade. "O MP não está determinando (até porque não pode fazer isso) que a Bahiatursa realize este investimento. Só recomenda que, caso haja investimento, que seja de acordo com as normas sanitárias", pontua. Em 2020, o órgão, no entanto, desaconselhou que prefeituras contratassem artistas para lives (relembre [aqui](#) e [aqui](#)).

Com a proibição dos shows presenciais e sem aportes financeiros como o da Bahiatursa - órgão responsável por boa parte do apoio do governo estadual a eventos como o Carnaval e festas juninas - para apresentações online, muitos forrozeiros amargam o segundo São João em situação delicada.

Em abril deste ano, diante da previsão de que os festejos seriam cancelados novamente, alguns artistas relataram a conjuntura dramática do setor e cobraram "sensibilidade" do poder público na implementação de políticas compensatórias ([relembre](#)).

"Está havendo um grande descaso com a cultura de todos os lados. Eu não imaginei que os nossos governantes ficassem tão apáticos perante a parte cultural", disse Zelito Miranda, à época, destacando ainda a importância do São João, enquanto patrimônio do Nordeste e do Brasil. "Tem raiz, tem um cabedal, tem uma história pra contar. É uma festa completa, tem tudo, comida, bebida, reza, santo, novena... O ciclo junino é muito rico culturalmente", pontuou.

Sem deixar de levar em consideração a gravidade da pandemia e a necessidade de obedecer aos protocolos estabelecidos pela comunidade científica, o forrozeiro cobrou ações efetivas para apoiar os profissionais. "Nós vamos torcer e pedir juízo a esses governantes, que eles deem atenção a essa questão, porque, claro e evidente, a gente não pode passar dois anos de São João sem faturamento, sem trabalhar. Tudo bem, a gente segura um ano, um ano e meio, mas acredito que ninguém aguenta mais. A real é essa, está barra pesada", declarou, admitindo como solução paliativa a adaptação das festas para o online. "Eu acho que tem que

ter esse mundo virtual e o Estado e as prefeituras não podem mais ficar esperando para entrar nesse mundo virtual, porque é a arma que nós temos nesse momento”, afirmou.

Targino Gondim, por sua vez, classificou como “aterrador” o cenário, diante do segundo ano consecutivo de festas juninas canceladas. “Existem muitos, inúmeros artistas no Brasil todo e aqui na Bahia, que já sofrem durante esse tempo todo sem nenhum pouco de receita, só pedindo ajuda e sendo ajudado de diversas formas, mas sem nenhum tipo de dignidade, sem condição de exercer seu trabalho, sua profissão. E agora com essa notícia de cancelamento de São João, isso é horrendo”, avaliou.

A questão também tem preocupado prefeitos baianos. Em entrevista ao Bahia Notícias no Ar, na Salvador FM, o presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Zé Cocá, disse que a entidade já vinha buscando respostas. “Os cantores, principalmente os cantores regionais, têm passado por sérias dificuldades. Nós fizemos uma solicitação à Bahiatursa, para que houvesse o apoio do São João virtual, para que a gente, no mínimo, conseguisse ajudar esses cantores. Mas a Bahiatursa não vai conseguir financiar. A maioria dos municípios da Bahia não tem estrutura financeira para bancar um São João virtual. Então estamos brigando junto ao governo federal e ao governo do estado para que a gente apoie esses artistas”, relatou.

“A gente sabe que o governo do estado tá vivendo sérias dificuldades, porque a receita caiu nos municípios e caiu no estado. Mas seria um grande suporte nesse momento. Imagina um município pequeno, que gastava R\$ 50 mil, R\$ 100 mil no São João, que arrecada R\$ 1 milhão. Ele não tem condições de dar esse suporte. Historicamente a Bahiatursa que vinha cumprindo com esse repasse ano a ano. Então os artistas estão pressionando os prefeitos, e os prefeitos não têm a receita pra fazer o evento sem o suporte da Bahiatursa. Eu acho que era importante esse financiamento, ia nos ajudar muito, mas o governo do estado, através da Bahiatursa, nos informa que não tem orçamento para a realização das lives”, completou o prefeito de Jequié.

Apesar do anúncio de que não haverá investimento específico da Bahiatursa para a data, a Secom apontou como ações do governo neste sentido o Festival de Economia Solidária São João da Minha Terra, promovido pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), em formato virtual; e o Prêmio de Preservação dos Bens Culturais e Identitários da Bahia - Emília Biancardi, executado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult), dentro do Programa Aldir Blanc Bahia, com apoio a 63 projetos que contemplam desde forró tradicional a quadrilhas juninas.

Veículo: Bahia.ba	
Data: 17.06.2021	Caderno: Economia

Publicado em 18/06/2021 às 06h34.

Bahia recebe lote com menos doses do indicado inicialmente pelo governo federal

Ao invés de 201,2 mil doses da Pfizer, chegaram 183 mil; estado espera outra remessa com 143,4 mil doses de CoronaVac

Rayllanna Lima

A Bahia recebeu na madrugada desta sexta-feira (18) novas doses da vacina contra a Covid-19 desenvolvida pela Pfizer/BioNTech.

Ao invés das [201,2 mil doses prometidas inicialmente](#) pelo governo federal, o lote enviado continha [183,6 mil doses](#).

Outra remessa com 143,4 mil doses da vacina CoronaVac, produzida pela Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan, deve chegar ao estado na manhã desta sexta.

“Vou seguir, ao lado do governador Rui Costa, lutando para ninguém fique para trás”, disse nesta sexta o secretário de Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas.

Após passarem pela análise de equipes da Coordenação de Imunização do Estado, os imunizantes recebidos começarão a ser distribuídos para as regionais de saúde.

Aeronaves do Grupamento Aéreo da Polícia Militar e da Casa Militar do Governador ajudam no traslado.

Arrecadação cresceu 68,5% em maio, projeta FGV

Aumento se dá sobre base deprimida pela pandemia e adiamento de tributos do ano passado

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

18/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A arrecadação de tributos federais chegou a R\$ 140,965 bilhões em maio, segundo prévia calculada pelo pesquisador do Núcleo de Economia do Setor Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) Matheus Rosa Ribeiro. É uma alta real de 68,5% na comparação com maio de 2020.

Os dados foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal. O resultado oficial será divulgado pela Receita Federal após o dia 20.

Em abril, a prévia da FGV indicou R\$ 156,263 bilhões, muito próximos dos R\$ 156,822 bilhões divulgados pelo governo.

A comparação do resultado de maio de 2021 com maio 2020 não dá a real dimensão do crescimento da arrecadação. No ano passado, as empresas estavam autorizadas a diferir (adiar) o recolhimento de tributos numa magnitude maior do que a que ocorre este ano.

Significa que as bases não são iguais e a de 2020 é menor. Por isso, Ribeiro confrontou o resultado do mês passado com os de maio de 2019. Nesse caso, ainda aparece um crescimento real, de 13%.

“Definitivamente, é uma boa notícia”, disse ele ao **Valor**. “É um bom desempenho, puxado pela recuperação da economia, pelas commodities e pelas importações.” São vários efeitos positivos da retomada da atividade, comentou.

A recuperação, porém, não é homogênea. Tributos ligados ao mercado de trabalho, como as receitas previdenciárias, apresentam crescimento real de 52% sobre 2020. Mas, na comparação com 2019, ainda aparece uma queda real de 7,2%.

O pesquisador aponta como destaques o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O primeiro cresceu 83% na comparação com 2020 e 62,1% em relação a 2019. O segundo apresentou crescimento real de 82,9% e 55,3%, respectivamente.

O desempenho desses tributos é explicado em parte por receitas atípicas, como aquelas arrecadadas em operações de fusão e aquisição de empresas. A Receita tem apontado também para a lucratividade das

empresas como explicação, com destaque para o comércio atacadista e as commodities minerais e metálicas.

O Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) apresenta altas de 687,8% na comparação com 2020 e de 221,4% na comparação com 2019. Mas, nesse caso, a explicação está no calendário. Neste ano, o prazo final para entrega da declaração e pagamento da primeira cota ou cota única ocorreu em maio. No ano passado, o prazo final foi junho e, em 2019, abril.

O Imposto de Importação e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado à importação também tiveram bom desempenho, com altas de 50,8% em relação a 2020 e de 30,6% na comparação com 2021 e de 59,5% e 43%, respectivamente. Em meses anteriores, o desempenho positivo desses tributos era explicado principalmente pelo valor elevado do dólar. Mas, segundo Ribeiro, é possível observar aumento também nos volumes importados.

No ano, a arrecadação soma R\$ 754,562 bilhões, alta real de 21% na comparação com 2020 e de 6,5% sobre 2019. Ao longo do ano, os resultados têm ficado acima do esperado pelo mercado, em estimativas informadas na pesquisa Prisma Fiscal, realizada pelo Ministério da Economia. Na média, a diferença foi de R\$ 15 bilhões de janeiro a abril, informa Ribeiro.

Não é possível, porém, estabelecer se o desempenho visto até agora é uma tendência. “Muitos dos efeitos, a gente não sabe o quanto são estruturais e o quanto são temporários”, disse.

Ao mesmo tempo em que há projeções maiores para o crescimento econômico, há dúvidas sobre como será o desempenho de fatores externos, como o comportamento do mercado de commodities e a depreciação cambial. O dólar, que se manteve alto desde o início do ano, agora parece estar em tendência de queda.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça a criptomoeda que tem tudo para valorizar nos próximos meses

MONEY TIMES

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

Máscara transparente com design suíço vira moda e lidera vendas em 2021

CLEARMASK

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

Após um ano de pandemia, varejo movido a crédito reage

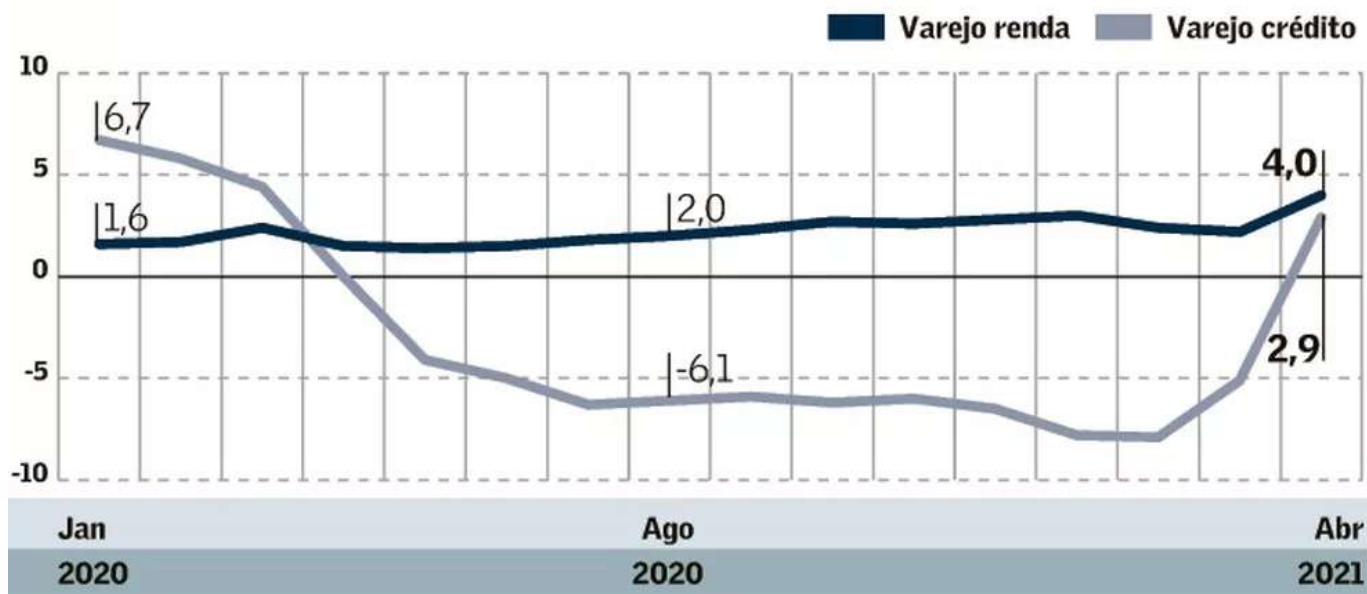
Reabertura maior da economia e continuidade da expansão do crédito para pessoas físicas puxam movimento

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

18/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Reação do consumo

Veja o ritmo dos setores do varejo - em %, acumulado em 12 meses



Fonte: IBGE, elaboração XP Investimentos

As vendas do varejo nos segmentos mais dependentes do crédito reagiram em abril e registraram, no acumulado em 12 meses, crescimento de 2,9%, a primeira taxa positiva por essa comparação desde março do ano passado, segundo cálculos da XP Investimentos. A recuperação veio após o pior momento desde a crise, em fevereiro, quando o setor atingiu retração de 7,9% em 12 meses, queda que abrandou para 5,1% no mês seguinte. Na comparação mensal, houve salto de 17,7% entre março e abril, com ajuste sazonal, bem acima do desempenho do varejo movido à renda, que subiu 0,5%.

O movimento foi puxado pela reabertura maior da economia, a despeito das contaminações e óbitos por covid-19 ainda em nível elevado, e a continuidade da expansão do crédito para as pessoas físicas. No curto

prazo, a expectativa é que, depois de um ano operando de forma descolada, os grupos do varejo ligados à renda e ao crédito voltem a caminhar em ritmo mais parecido.

Pela métrica calculada pelo IBGE, divulgada na semana passada, o varejo restrito subiu 1,8% de março a abril, a maior taxa para o mês desde 2000, enquanto o conceito ampliado (que inclui veículos e material de construção) registrou alta de 3,8%.

“As concessões reais de crédito têm observado um desempenho relativamente favorável, apesar da alta da taxa Selic no período mais recente. Além disso, muitos desses segmentos têm correlação muito forte com a mobilidade da população. Em abril já tínhamos observado relaxamento das restrições de contato social e isso se intensificou em maio e junho”, afirma Rodolfo Margato, economista da XP Investimentos.

Segundo o Banco Central (BC), as concessões de crédito para as famílias cresceram 10,2% de março a abril, com ajuste sazonal, enquanto o saldo das operações de crédito, também para consumidores, subiu 1% no período.

A análise em 12 meses evidencia que, dentro do varejo ligado a crédito, a venda de material de construção acelerou de 16,1% para 21,1% em abril, enquanto a de móveis e eletrodomésticos foi de 10% para 16,4%. E mesmo aqueles setores que mais sofreram durante a crise reduziram parte das perdas acumuladas, como veículos (de -12,8% para -3,7%) e tecidos e vestuário (-24% para -15%).

O economista lembra que, ainda que o comércio eletrônico tenha ganhado espaço na pandemia, parte relevante do movimento ainda depende das lojas físicas. “Alguns segmentos ainda têm um pouco mais para avançar. Vestuário e calçados ainda estão em níveis muito deprimidos e a demanda por esse tipo de produto acaba aumentando com a afrouxamento das restrições de mobilidade”, afirma Margato.

Em meados do segundo semestre e em 2022, no entanto, o varejo ligado ao crédito deve começar a desacelerar e perder ímpeto ante o consumo dependente de renda. “A produção e as vendas de bens de consumo duráveis devem perder fôlego, em parte por causa do aperto das condições monetárias”, afirma o economista. Anteontem, o BC aumentou a taxa Selic em 0,75 ponto percentual, para 4,25% ao ano.

Já o varejo dependente da renda deve sustentar o ritmo de alta, apesar de inflação persistente ter tirado poder de compra das famílias. “Vamos observar nas próximas leituras mensais do varejo a contribuição do retorno do pagamento do auxílio emergencial, que voltou em abril e começou a ganhar tração em maio”, diz Margato, lembrando que o governo já prevê que a medida seja estendida até setembro ou outubro.

O benefício deve compensar a fraqueza no mercado de trabalho. “Os salários têm tido um desempenho bem modesto, mas o auxílio ajuda a ampliar a massa de renda das famílias.”

Além do consumo de bens essenciais, como alimentos nos supermercados, certo alívio deve vir do mercado de trabalho, ainda que em marca lenta de recuperação. “Mesmo que não se espere grande melhora no mercado de trabalho, o emprego deve voltar ao nível pré-pandemia em meados do ano que vem. E, com a reabertura da economia, isso acaba puxando a população ocupada e os empregos informais. A massa de renda efetiva obtida pelo trabalho deve ter crescimento, embora em cima de base de comparação fraca”, afirma.

A ajuda à melhora do nível emprego também deve ocorrer pela volta dos serviços prejudicados pelo distanciamento social. “O que falta se materializar de forma mais clara, e isso deve ocorrer no segundo semestre, é a volta dos serviços prestados às famílias, que deve ser sentida melhor a partir do terceiro trimestre”, diz Margato.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça a criptomoeda que tem tudo para valorizar nos próximos meses

MONEY TIMES

LINK PATROCINADO

Máscara transparente com design suíço vira moda e lidera vendas em 2021

CLEARMASK

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

LINK PATROCINADO

A máscara mais vendida de 2021. Entenda o motivo

LOJA INTERATIVO

Mais do Valor Econômico



Aumentam as vagas para quem trabalha com dados

Levantamento com 34 empresas indica crescimento de 485% na quantidade de oportunidades em 2021

18/06/2021 09:10 — Em Carreira

Yduqs anuncia aquisição da edtech Qconcursos

“Com essa aquisição, a Yduqs ultrapassa a marca de um milhão de

Brasil recua em ranking de competitividade

Brasil cai para 57º lugar entre 64 países, aponta relatório do IMD

Por Assis Moreira — De Genebra

18/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O Brasil perdeu uma posição no Anuário de Competitividade Mundial e caiu para 57º lugar entre 64 países, depois de quatro anos de leve avanço, segundo relatório do IMD, de Lausanne (Suíça), reputada como uma das melhores escolas de administração do mundo.

O país está no pelotão de baixo da competitividade global marcado por um governo visto com a terceira pior eficiência (62ª posição) e só à frente dos governos da Venezuela e da Argentina. A imagem ou “marca” do país no exterior também continua se deteriorando e ocupa a 61ª posição, melhor apenas que a imagem externa de Turquia, Argentina e Venezuela.

O IMD compara a prosperidade e a competitividade de 64 nações com base em 334 critérios. Os dados estatísticos têm peso de dois terços dos resultados e pesquisas de opinião entre executivos representam um terço.

Em um ano marcado por crise sanitária, as economias consideradas mais competitivas são Suíça, Suécia, Dinamarca, Holanda e Cingapura. Elas têm em comum investimento em inovação, atividade diversificada, coesão social e políticas de apoio governamental.

Os EUA continuaram na décima posição. A China manteve sua trajetória de ascensão e evoluiu da 20ª para 16ª posição. Em geral, países da Ásia oriental e central e da Europa Ocidental melhoraram seus rankings. Já a América do Sul, onde a pandemia continua fazendo estragos importantes, enfrentou uma reversão de melhorias alcançadas nos dois anos anteriores e agora todos os países da região caíram no ranking.

No caso do Brasil, a maior economia da América Latina e a 12ª do mundo, o relatório aponta melhora no indicador de desempenho econômico (56º lugar ante 51 no ano anterior), em razão de evolução relativa na economia doméstica, comércio internacional e preços. “Os programas de ajuda a famílias e empresas combinados mantiveram a economia em funcionamento e alavancam agora seu potencial”, avalia o professor Carlos Arruda, da Fundação Dom Cabral, parceira nacional no estudo do IMD.

No mais, o Brasil caiu onde já não estava bem. No indicador de eficiência do governo, que reflete como políticas governamentais ajudam na competitividade, a 62ª posição é explicada por exemplo no pior desempenho (64º) em termos de gastos do governo central, além de elevado grau de endividamento público e manobras envolvendo teto de gastos. Também postergou reformas administrativa e tributária.

A percepção de executivos aponta problemas no combate a corrupção, retrocesso na Lava-Jato, falta de confiança no governo, crescente violência urbana, desigualdades, persistente má distribuição de renda.

Em termos de coesão social, o Brasil está na lanterna (60º lugar). Em 52º em termos de como a Justiça é administrada de forma justa. Em abertura da cultura nacional, está em 37º, caindo 16 posições no ano da pandemia. Para José Caballero, do IMD e um dos autores do relatório, há uma percepção de menos tolerância no Brasil, talvez no rastro de polarização envolvendo o combate à covid-19, e que envolve também situação de minorias e abertura ou não a novas ideias e novas propostas.

Nesse contexto, a “marca” Brasil no exterior sofre. “Sem entrar no lado político, desde 2019 temos notado uma queda na imagem do Brasil no exterior, na percepção de executivos, provavelmente por questões de uma fraqueza nas instituições, enorme burocracia, corrupção, falta de transparência, preocupação com o estado de direito”, afirma Caballero.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça a criptomoeda que tem tudo para valorizar nos próximos meses

MONEY TIMES

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

Máscara transparente com design suíço vira moda e lidera vendas em 2021

CLEARMASK

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias

CI-ACTIVE

Comprar Agora

Mais do Valor Econômico

Aumentam as vagas para quem trabalha com dados

Levantamento com 34 empresas indica crescimento de 485% na quantidade de oportunidades em 2021

18/06/2021 09:10 — Em Carreira

Com mais térmicas e veto inviável, MP da Eletrobras passa no Senado

Para garantir aprovação, relator fez uma série de alterações e ampliou ainda mais os “jabutis”

Por Daniel Rittner e Renan Truffi — De Brasília

18/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Marcos Rogério: para garantir aprovação, relator fez uma série de alterações e ampliou ainda mais os “jabutis” — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Após sete horas de discussões, o plenário virtual do Senado aprovou ontem a medida provisória que autoriza a privatização da Eletrobras por diferença mínima: 42 votos a favor e 37 contra.

A votação representa uma vitória para o Palácio do Planalto e a equipe econômica, que temiam ver a MP caducar diante da resistência de parte das bancadas. Ela expira na próxima terça-feira e precisa passar por nova análise da Câmara dos Deputados, mas é improvável que haja problemas.

Para garantir sua aprovação, o relator Marcos Rogério (DEM-RO) teve que fazer uma série de alterações de última hora e ampliar ainda mais os “jabutis” incluídos no texto. A principal mudança foi aumentar e reorganizar o montante de energia que será contratado em usinas termelétricas movidas a gás. No total, o relator elevou de 6 mil megawatts (MW) para 8 mil MW a exigência de térmicas que usam o insumo.

O polêmico dispositivo que trata do assunto ficou tão longo que já vem sendo chamado de artigo “à la Saramago”: são 652 palavras e 3.197 caracteres sem um único ponto no meio do caminho. Apesar da referência irônica ao escritor português, não é uma questão de estilo. O presidente Jair Bolsonaro detém a prerrogativa de vetar artigos ou parágrafos de projetos aprovados pelo Congresso, mas nunca parágrafos pela metade, frases incompletas ou trechos totalmente soltos.

Mais jabutis

Governo faz concessões e garante aprovação

■ Novas usinas a gás

Exigência de contratação de 8 mil MW em térmicas: 2.500 MW no Norte, 2.500 no Centro-Oeste, 1.000 MW no Nordeste (em regiões metropolitanas sem suprimento de gás) e 2.000 MW no Sudeste (1.250 MW onde já existe fornecimento do insumo e 750 MW em Minas ou Espírito Santo)

■ Linhão Manaus-Boa Vista

Autoriza início das obras de linha de transmissão em Roraima, único Estado fora do sistema interligado, sem a necessidade de aval do Ibama e da Funai no licenciamento ambiental

■ Indenização ao Piauí

Prevê pagamento de indenização (estimada em R\$ 260 milhões) ao Estado do Piauí pela privatização da Cepisa, distribuidora de energia controlada pela Eletrobras, em 2018

■ Mercado livre de energia

Acelera liberalização do mercado e permite que todos os pequenos consumidores tenham liberdade de escolha do fornecedor (hoje são “cativos” das distribuidoras) a partir de 2026

■ Hidrovia Tietê-Paraná

Obriga a União a concluir obras de derrocamento do canal a jusante da usina de Nova Avanhandava (SP), no rio Tietê, até 2024 (melhorando a navegabilidade da hidrovia)

■ Obras na bacia do Tocantins

Inclui a bacia do rio Tocantins, a fim de melhorar a navegabilidade de sua hidrovia, como beneficiária dos recursos de R\$ 2,95 bilhões – em dez anos – destinados à região Norte

■ Proteção aos trabalhadores

Garante aos empregados que forem demitidos da Eletrobras, nos 12 primeiros meses após a privatização, possibilidade de realocação em outras estatais federais

Fonte: Relatório do senador Marcos Rogério (DEM-RO)

Os parlamentares juntaram, na mesma frase, os interesses do governo (a operação que capitaliza a Eletrobras com recursos exclusivamente privados) e seus próprios acréscimos à MP (a contratação de térmicas). Com isso, na prática, o artigo ganhou uma blindagem a eventual veto de Bolsonaro.

O senador Alvaro Dias (Podemos-PR) disse que estuda entrar no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação para contestar a constitucionalidade do texto. “Colocaram num único parágrafo o que deveria estar em várias alíneas. Evidentemente tem esse objetivo de evitar que alguns dispositivos possam ser vetados.”

A negociação nos bastidores, para evitar uma derrota no Senado, se arrastou por algumas horas. Até mesmo o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, entrou no circuito. Ele foi acompanhar de pessoalmente a votação e, segundo fontes, circulou entre os gabinetes de senadores governistas para conversar sobre alguns dos ajustes feitos.

As mudanças adotadas por Marcos Rogério de quarta-feira para ontem tiveram efeito nítido na virada de pelo menos dois votos - o que foi decisivo no placar final. O governo precisava da maioria simples dos presentes, o que significava 40 apoios. Carlos Portinho (PL-RJ) e Mecias de Jesus (Republicanos-RR), que indicavam publicamente posição contrária à MP na véspera, amenizaram as críticas e votaram a favor.

Portinho se disse contemplado pela inclusão, no texto final, de mais 2 mil MW em térmicas inflexíveis (com funcionamento quase ininterrupto) que deverão ser instaladas principalmente nos Estados do Sudeste: 1.250 MW em qualquer ponto da região onde já existe suprimento de gás natural e 750 MW em áreas de influência da Sudene (Minas e Espírito Santo) onde não há fornecimento do insumo.

Pela nova conta das termelétricas, serão 1.000 MW para a região Nordeste, 2.500 MW para o Norte, 2.500 MW para o Centro-Oeste e 2.000 MW para o Sudeste. Todas deverão estar operando até 2030.

Mecias foi o autor de uma emenda, cuja redação foi posteriormente alterada pelo relator, que acelera as obras da linha de transmissão de energia Manaus-Boa Vista. Esse novo “jabuti” atropela o Ibama e a Fundação Nacional do Índio (Funai) na análise do licenciamento ambiental do projeto. Ele foi leiloadado em 2011 e sua previsão era entrar em funcionamento em 2015, mas até hoje as obras não começaram.

A polêmica gira em torno da passagem do “linhão” pelas terras do povo indígena Waimiri-Atroari, devastado pela construção da rodovia BR-174, na ditadura militar. O novo texto da MP estabelece que, “uma vez concluído o Plano Básico Ambiental-Componente Indígena (PBA-CI), traduzido na língua originária

e apresentado aos indígenas, fica a União autorizada a iniciar as obras” da linha de transmissão. Na prática, haveria dispensa do aval de Ibama e Funai.

Marcos Rogério retirou do texto uma emenda, presente em versão preliminar do relatório, que estendia de 2027 para 2035 os subsídios dados às usinas térmicas a carvão e cobrados dos consumidores na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Foram mantidos “jabutis” como a indenização - estimada em R\$ 260 milhões - ao Estado do Piauí pela privatização da Cepisa em 2018. A distribuidora era administrada pela Eletrobras e foi vendida, em leilão, para o grupo Equatorial. Também foram incluídas previsões de obras para a navegabilidade no rio Tocantins e um derrocamento para a melhoria da hidrovía Tietê-Paraná.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça a criptomoeda que tem tudo para valorizar nos próximos meses

MONEY TIMES

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

Máscara transparente com design suíço vira moda e lidera vendas em 2021

CLEARMASK

LINK PATROCINADO

A máscara mais vendida de 2021. Entenda o motivo

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

Mais do Valor **Econômico**

Aumentam as vagas para quem trabalha com dados

Levantamento com 34 empresas indica crescimento de 485% na quantidade de oportunidades em 2021

18/06/2021 09:10 — Em Carreira

Confiança do comércio tem primeira alta do ano

Índice da Confederação Nacional do Comércio subiu 12,2% em junho ante maio

Por Alessandra Saraiva — Do Rio

18/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), subiu 12,2% em junho ante maio, com alta de 47,6% ante junho de 2020.

De acordo com a entidade, foi a primeira elevação do indicador no ano na comparação mês ante mês imediatamente anterior, impulsionada por perspectiva de melhora na economia, e aumento de vendas no setor devido às transações relacionadas ao Dia dos Namorados, em 12 de junho.

Em junho, os três tópicos componentes usados para cálculo do Icec mostraram elevação, tanto ante maio desse ano; quanto em relação à junho de 2020. É o caso de condições atuais, com elevações de 19,3% e de 71,8%, nessas duas comparações respectivamente; expectativas, com aumentos de 11,6% e de 53,9%, ante maio e ante junho do ano passado; e de intenções de investimentos, com elevações de 8% e de 26,5%, respectivamente nesses períodos comparativos.

No comunicado sobre o desempenho do indicador, a CNC informa que, na prática, há no momento avaliação geral melhor da atividade econômica. A entidade lembra projeção própria de 3,9% de alta nas vendas do varejo em 2021, com base nas estatísticas de abril do varejo já divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A CNC também ampliou a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para esse ano, de 3,2% para 3,8%, em linha com as reavaliações de mercado em relação ao andamento da economia para esse ano, pontuou a entidade, em informe sobre o indicador. As empresas de pequeno porte do setor do varejo se mostraram as mais otimistas --influenciadas pelo aumento da circulação das pessoas pelas ruas.

Construção pede a Guedes redução da tarifa de importação

Entrada de aço longo atingiu 153 mil toneladas em maio, ante 44,5 mil toneladas compradas no exterior no ano passado

Por Ana Paula Machado e Ivo Ribeiro — De São Paulo

18/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O setor da construção civil tenta reduzir as tarifas de importação de aço para minimizar a alta de preços do produto nacional. Segundo o presidente do Secovi- SP, Basílio Jafet, nos últimos 12 meses o Índice Nacional da Custo da Construção (INCC) subiu 15%. Ele disse que o aço é um dos componentes com maior participação no índice.

“Os reajustes são constantes no país e o pleito é a redução da alíquota do Imposto de Importação para ter mais igualdade no mercado brasileiro”, disse Jafet. Atualmente, a alíquota é de 12%.

Algumas entidades da construção civil se reuniram com o ministro da economia, Paulo Guedes, ontem, para falar da situação do setor, que além do aumento dos preços, ainda não está com o fornecimento de aço regularizado.

De acordo com o presidente da Cooperativa da Construção Civil do Estado de Santa Catarina (Coopercon-SC), José Silvio Ghisi, o preço do aço importado da Turquia sai em média a R\$ 6,5 o quilo, isso contando a nacionalização e a logística do porto à obra. E as siderúrgicas no país cobram, pelo mesmo quilo do produto, R\$ 7,5, diz.

Por causa desse custo a cooperativa vem estruturando compras de aço turco neste ano. Já chegaram ao país duas remessas de produtos siderúrgicos, uma de 14 mil toneladas no primeiro trimestre e outra de 20 mil toneladas prevista para desembarcar no Brasil em julho. “Há ainda espaço para mais duas cargas até o final do ano, de cerca de 20 mil toneladas de aço cada. Se conseguirmos reduzir a alíquota, podemos diminuir ainda mais os custos na nacionalização do aço.”

Em maio, as importações de aços longos, segundo o Aço Brasil, somaram 153,15 mil toneladas ante as 44,48 mil toneladas compradas no exterior no mesmo mês de 2020. Com isso, a participação do produto importado no consumo aparente passou de 7% para 14,6%.

“Além dos constantes reajustes, ainda sofremos com o fornecimento irregular. Os prazos de entrega dobraram este ano e pagamos o preço do dia remessa, e sempre com reajuste. Nem mesmo os distribuidores conseguem formar estoques hoje”, disse Jafet. A regularização do fornecimento ainda não deve acontecer este ano, diz.

Marco Polo Lopes, do Aço Brasil, rebate que o setor da construção é o único dos consumidores que falam em redução de alíquotas para importar. “As importações já vêm ocorrendo livremente, por Santa Catarina, onde há isenção de 8% do ICMS. Retirar a tarifa de importação é tirar o mínimo de proteção que o setor tem ante seus concorrentes no mundo”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça a criptomoeda que tem tudo para valorizar nos próximos meses

MONEY TIMES

LINK PATROCINADO

Nova churrasqueira de fogão que não faz fumaça vira febre em Salvador

CHURRASCLEAN

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

Máscara transparente com design suíço vira moda e lidera vendas em 2021

CLEARMASK

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

Conteúdo Publicitário

Polícia Militar gasta R\$ 2,2 milhões em 9 carros elétricos, mas não vai levar bandidos neles

UM SÓ PLANETA

Elon Musk oferece U\$ 100 milhões em concurso para quem conseguir extrair CO2 da atmosfera

UM SÓ PLANETA

Preconceito do brasileiro fez Stellantis desistir do motor turbo a etanol para Fiat e Jeep

UM SÓ PLANETA

Mais do Valor **Econômico**

Aumentam as vagas para quem trabalha

Construção vai a Guedes reclamar da falta de insumos

Ministro da economia ouviu empresários, mas não se comprometeu com medidas

Por Edna Simão — De Brasília

18/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Em reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o setor da construção levou a preocupação com a falta e o aumento dos preços de insumos e ainda pediu redução do Imposto de Importação do aço. Além disso, foi mostrado que, se nada for feito, quem vai pagar a conta será o consumidor e o próprio governo, pois o aumento de custo deverá ser repassado aos preços. Guedes, segundo participantes da reunião, apenas ouviu os representantes do setor, mas não assumiu compromissos.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, apresentou ao ministro indicadores do mercado imobiliário - como de vendas de imóveis e a evolução dos preços dos materiais desde junho do ano passado - e as principais dificuldades do setor como a falta ou alto custo da matéria, elevada carga tributária, demanda interna insuficiente e burocracia excessiva. "Tentamos demonstrar que os empresários estão tirando o pé do acelerador, quem sabe colocando até no freio, de medo do futuro. Todo o custo vai cair no consumidor ou no governo", disse ao **Valor**. "Esperamos tê-lo sensibilizado", contou o dirigente.

A CBIC tem defendido a redução da tarifa de importação da matéria prima. Neste aspecto, segundo Martins, Guedes afirmou apenas que está negociando no âmbito do Mercosul uma redução de 10% do Imposto de Importação. Na segunda-feira, representantes do Instituto Aço Brasil se reuniram com o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e o ministros da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, além do próprio Guedes, para mostrar resultados do setor e se posicionar contra a proposta de redução da tarifa de importação do aço.

O presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França, disse que também foi dito a Guedes que o déficit habitacional do país é de 7,8 milhões de moradias e que há uma necessidade de construção de 11 milhões no futuro para garantir o equilíbrio da cadeia produtiva. "A gente puxa o PIB brasileiro. Então, quando se fala de retomada em V da economia, com o caminho da vacinação, a gente olha para esse mercado que tem capacidade de absorção e empregabilidade muito rápido, o que pode ajudar na redução do desemprego no Brasil rapidamente", disse.

França reforçou que foi levada a preocupação com os custos em geral, o que pode fazer com que os preços das moradias não caibam no bolso do consumidor. "Ele escutou bastante e se mostrou sensível a todo esse aspecto e à importância do segmento para a recuperação da economia brasileira", afirmou o presidente da Abrainc.

Segundo Martins e França, o ministro destacou no encontro a necessidade de aprovação das reformas tributária e administrativa. Além disso, frisou que negocia com o Mercosul a redução em 10% das alíquotas de Importação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça a criptomoeda que tem tudo para valorizar nos próximos meses

MONEY TIMES

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Máscara transparente com design suíço vira moda e lidera vendas em 2021

CLEARMASK

LINK PATROCINADO

A máscara mais vendida de 2021. Entenda o motivo

LOJA INTERATIVO

Conteúdo Publicitário

Elon Musk oferece U\$ 100 milhões em concurso para quem conseguir extrair CO2 da atmosfera

UM SÓ PLANETA

Inflação de famílias mais pobres é maior do que a das mais ricas, diz Ipea

VALOR INVESTE

Bolsonaro diz que ministro vai desobrigar uso de máscara a vacinados e a quem teve covid

VALOR INVESTE

Mais do Valor **Econômico**

Aumentam as vagas para quem trabalha com dados



Por Claudia Safatle

Trabalhou na Gazeta Mercantil por 18 anos, foi repórter especial da Folha, diretora do JB, assessora do Banco Central e diretora-adjunta de redação do Valor

Justiça questiona convenções coletivas

Passivo trabalhista dos bancos é de R\$ 35 bilhões

18/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Apesar de os contratos negociados nas convenções coletivas terem, em média, cerca de 500 páginas, o valor do passivo trabalhista provisionado pelos bancos chega a R\$ 35 bilhões. A Justiça do Trabalho não tem aceitado determinadas cláusulas mesmo acertadas de maneira legal e de forma bem detalhada entre os sindicatos e as empresas. Razão pela qual o Supremo Tribunal Federal (STF) começou a examinar, ontem, pela terceira vez, ação de questões trabalhistas para definir se vale o negociado sobre o legislado.

A demanda junto ao STF não era dos bancos, mas do setor de educação. Há questões diversas sendo questionadas na Justiça do Trabalho, mesmo depois da reforma trabalhista, que esperava-se que fosse pacificar esse entendimento. Por exemplo, a hora-deslocamento em transporte fretado pelas empresas para os seus funcionários não seria considerada hora extra, conforme a negociação coletiva, mas a Justiça do Trabalho teria discordado e decidido que é, sim, hora extra e como tal tem que ser paga aos trabalhadores.

Passivo trabalhista dos bancos é de R\$ 35 bilhões

Os bancos negociaram pagar mais 55% do salário por uma jornada de oito horas para determinados cargos. A Justiça também não concordou com a extensão da jornada de seis horas por mais duas horas e considerou o aumento de 55% como uma gratificação que não deve ser devolvida. “Se a Justiça não aceita o acordo coletivo e não concorda com o desconto do que foi pago a mais, é um desestímulo à negociação”, comentou uma fonte que acompanha de perto as negociações com os sindicatos dos trabalhadores.

O peso das causas trabalhistas nos resultados operacionais do sistema bancário faz do Brasil um caso único no mundo. Cálculos ainda preliminares feitos por técnicos do setor financeiro indicam que as decisões da Justiça do Trabalho respondem por cerca de 3% a 5% do spread (taxa de risco) que os bancos cobram nas operações de crédito.

As ações trabalhistas são ônus dos bancos com rede de agências, que respondem por cerca de 503 mil empregados espalhados por milhares de agências em 4 mil municípios do país. O setor paga em torno de

25% dos mais de R\$ 20 bilhões de despesas anuais das empresas com a Justiça trabalhista, o que representa mais de R\$ 5 bilhões por ano.

Embora esse seja um passivo que afeta toda a economia do país, e não apenas os bancos, ele é o setor que arca com mais gastos porque é também o que tem os melhores salários do país. Segundo dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), os bancários têm uma remuneração média de R\$ 7.035 em comparação com os R\$ 2.882 de remuneração média no país.

Enquanto reinavam sozinhos na atividade financeira, não havia maiores problemas. O surgimento de novos players no mercado de crédito tornou essa uma questão importante porque não há custo trabalhista relevante nas cooperativas de crédito nem nas fintechs. Lá os salários são menores, porque não são bancários. A Justiça reconheceu os funcionários das cooperativas de crédito e das fintechs como prestadores de serviços.

Cada bancário recebe por ano R\$ 5.500 a título de participação nos lucros, dentre uma série de outros benefícios. “Na mesma rua você tem empregados de agências, que são bancários, e têm um determinado custo, e na empresa ao lado, que também faz operações de crédito, há funcionários que não são bancários e que custam bem menos”, salienta uma fonte do setor. O salário médio das cooperativas é de R\$ 4.032, o que corresponde a 57% do salário médio de um bancário.

Segundo o Relatório de Economia Bancária (REB), as cooperativas participam com 5% do total das operações de crédito. Há grande concentração em duas instituições: o Sicoob (33%) e o Sicredi (39%). Do total das operações de crédito, o Sicoob tem participação de 1,65%, e a Sicredi, de 1,95%. O saldo da carteira de crédito das cooperativas está em torno de R\$ 103 bilhões, segundo dados do Banco Central. Sicredi e Sicoob representam aproximadamente 85% desse ativo.

Esses são números que colocam as cooperativas ligadas a Sicredi e o Sicoob como o sexto maior banco do país, argumentam fontes ligadas ao sistema bancário. Ambos detêm ativos quase quatro vezes maiores do que os do Banco Safra.

O Banco do Brasil é hoje menor do que as fintechs Nubank, XP, Stone e PagSeguro e vem perdendo espaço no crédito rural para as cooperativas.

Em decisão recente o Congresso Nacional aumentou, para os próximos seis meses, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 20% para as cooperativas e de 20% para 25% para os bancos.

Esse é mais um capítulo da discussão sobre a assimetria regulatória a que os bancos alegam estar sendo submetidos. Como já disse em coluna anterior, trata-se de um tema complexo e instigante, relativo ao perímetro regulatório do Banco Central.

O problema, aqui, porém, é o da Justiça do Trabalho não estar aceitando cláusulas contratuais de acordos coletivos em uma aparente desobediência à decisão do STF que, em 2015, determinou que vale o negociado sobre o legislado, renovando, assim, decisão já tomada em 2005.

Ontem o Supremo começou julgamento de recurso que questiona a interpretação da Justiça do Trabalho sobre a incorporação de cláusulas de convenções coletivas nos contratos individuais de trabalho. O julgamento teve início com a leitura do relatório, pelo ministro Gilmar Mendes, que não chegou a votar. A sessão foi suspensa pelo presidente do STF, ministro Luiz Fux, que não definiu data para retomar o assunto.

Claudia Safatle é jornalista da equipe de criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Baixe todas as as NFes emitidas contra sua empresa de Salvador automaticamente!

ARQUIVEI

Testar

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça a criptomoeda que tem tudo para valorizar nos próximos meses

MONEY TIMES

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

Máscara transparente com design suíço vira moda e lidera vendas em 2021

CLEARMASK

Mais do Valor Econômico



Aumentam as vagas para quem trabalha com dados

Levantamento com 34 empresas indica crescimento de 485% na quantidade de oportunidades em 2021

18/06/2021 09:10 — Em Carreira

Yduas anuncia aquisição da edtech

Revolução no imposto das empresas enfrenta já vários obstáculos

Definir que empresas serão incluídas no escopo de um imposto global único e como os governos ainda poderiam se valer de incentivos tributários para encorajar atividades econômicas são alguns dos obstáculos para um acordo

Por Isabel Gottlieb e William Horobin — Bloomberg

18/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

As nações mais ricas do mundo montaram o palco para uma revolução na tributação das empresas, mas ainda têm grandes desafios pela frente para realmente levarem as mudanças a cabo.

Negociações nas próximas semanas entre mais de 100 governos, prévias ao encontro do G-20 (grupo das maiores economias do mundo) em julho, tentarão avançar a partir das linhas gerais acertadas no acordo neste mês dos ministros das Finanças do G-7 (grupo das sete maiores economias ricas).

Apesar dos avanços quanto a uma alíquota tributária mundial mínima a ser aplicada sobre empresas e apesar da mudança de filosofia, permitindo que um país tribute os lucros de grandes nomes nacionais de outros países, há diversos detalhes técnicos a resolver.

Definir que empresas serão incluídas e como os governos ainda poderiam se valer de incentivos tributários para encorajar atividades econômicas apesar de um imposto mínimo global são alguns dos problemas que têm travado as negociações no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A adoção de qualquer acordo pode demorar anos, exigindo emendas em tratados comerciais e em leis nacionais. Além disso, os receios quanto à sua aplicação na prática também poderiam inviabilizar um acordo.

“Já faz um mês que estamos tendo poucas horas de sono”, disse Pascal Saint-Amans, encarregado de comandar essas negociações na OCDE, à televisão francesa em 14 de junho. “As próximas duas semanas serão muito importantes.”

O acordo do G-7 acertou os princípios gerais sobre a transferência do local de tributação de parte dos lucros das empresas, que passaria dos países onde elas têm sede para os países onde elas fazem a venda. Mas decidir que empresas incluir - aquelas referidas no acordo com estando “no escopo” - ainda é um desafio.

Em abril, o governo Biden propôs usar critérios de receita e de margens de lucro para limitar a lista a cerca de 100 empresas. Isso ajudou a neutralizar os conflitos sobre critérios mais qualitativos ou, por exemplo, sobre a adoção de alguma diferenciação para as empresas de tecnologia, mas os países ainda precisam chegar a um acordo final sobre os limites que determinariam a entrada de uma empresa em tal lista.

O G-24 (grupo de países em desenvolvimento, que inclui Brasil, Rússia, Índia e África do Sul) defende que os critérios de abrangência sejam gradualmente alterados, de forma a incluir mais de 100 empresas, segundo um comunicado enviado a outros governos em maio.

Os países também precisam decidir quanta arrecadação tributária deverão compartilhar, uma vez que o G-7 prevê realocar “pelo menos 20%” dos lucros acima de uma margem de 10%. As economias em desenvolvimento querem a maior fatia possível do imposto sobre o lucro das multinacionais que operam em seus territórios.

Os negociadores também estão revendo critérios qualitativos polêmicos, que manteriam a Amazon.com, de baixa margem de lucro, dentro dos parâmetros por meio da separação de suas linhas de negócios mais lucrativas. As empresas têm reclamado que tal segmentação pode ser altamente complexa, em particular quando fazem a própria contabilidade financeira de forma diferente.

Se as firmas de serviços financeiros forem excluídas, como se espera, isso representaria outro problema, já que diferenciá-las claramente das empresas de tecnologia está cada vez mais difícil.

O chamado segundo pilar das negociações criaria uma taxa de imposto global mínima sobre as empresas, uma grande oportunidade para ampliar a arrecadação governamental, o que é prioridade nos EUA e tem amplo apoio em outros países. A OCDE estima que US\$ 150 bilhões adicionais por ano podem ser gerados a partir de regras mais rígidas dos EUA sobre o lucro no exterior e uma alíquota global mínima de 15%.

Isso será uma ideia difícil de vender para a Irlanda, cuja alíquota sobre as empresas é de 12,5%. Além disso, alguns países, como a China, querem exceções nas regras, que lhes permitam atrair investimentos em alta tecnologia por meio de incentivos tributários.

“Um imposto mínimo é transferir parte da soberania tributária e do modo como você oferece incentivos a algum tipo particular de investimento estrangeiro”, disse David Linke, diretor da área de serviços legais e tributários na KPMG. “Essa é uma questão difícil.”

Um acordo na OCDE poderia erradicar uma série de tarifas aplicadas, principalmente, sobre empresas de tecnologia americanas, que muitos países impuseram de forma unilateral nos últimos anos e que desencadearam ameaças de retaliação por parte dos EUA.

Para restaurar a confiança mútua, os negociadores precisam chegar a um consenso sobre quais dessas medidas seriam revertidas e quando. Tais países não se mostram inclinados a abolir as tarifas até que recebam alguma arrecadação adicional decorrente do acordo na OCDE. Conseguir a adesão dos países em desenvolvimento pode ser difícil já que não ganharão muito no processo.

“Cada país terá que pesar o custo e os benefícios”, disse Marilou Uy, diretora do G-24. “Em particular, porque lhes será pedido que abram mão de medidas tributária unilaterais.”

Implementar quaisquer novas regras acertadas nas reuniões do G-20 em julho ou outubro é algo que exigirá muitas mudanças nos tratados e nas leis nacionais.

Trata-se de um tema espinhoso na União Europeia, onde diretrizes sobre mudanças tributárias no bloco exigem aprovação unânime e onde muitos países podem se opor a leis que sigam um acordo da OCDE. Além das reservas da Irlanda quanto ao imposto global mínimo de 15%, o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orban, chamou o plano de “absurdo”.

Os EUA também se deparam com vários obstáculos, pois um acordo pode exigir a aprovação de leis no Congresso. Além disso, mudanças em tratados precisam de maioria de dois terços no Senado.

Os democratas, em grande medida, apoiam os esforços da secretária do Tesouro, Janet Yellen, para remodelar os impostos internacionais, mas os líderes do partido querem ter garantias quanto ao comprometimento de outros países antes de pedir aos correligionários para que votem a favor de uma controversa alíquota mínima.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça a criptomoeda que tem tudo para valorizar nos próximos meses

MONEY TIMES

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Nova churrasqueira de fogão que não faz fumaça vira febre em Salvador

CHURRASCLEAN

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Máscara transparente com design suíço vira moda e lidera vendas em 2021

CLEARMASK

Mais do Valor **Econômico**

Aumentam as vagas para quem trabalha com dados

Levantamento com 24 empresas indica crescimento de 495% na

Governo avalia ampliar uso de térmicas a gás e carvão

Medida, se de fato ocorrer, vai na contramão da meta anunciada por Bolsonaro na Cúpula do Clima

Por Fabio Murakawa e Andrea Jubé — De Brasília

18/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

A crise hídrica pode levar o governo a fazer mudanças permanentes no uso das diferentes fontes de geração disponíveis na matriz energética do Brasil. Uma ideia em pauta é tornar mais frequente o acionamento das usinas térmicas a gás e carvão, a fim de evitar o esvaziamento de reservatórios das hidrelétricas em períodos de seca prolongada como o atual.

A proposta circula em Brasília no momento em que a falta de energia ameaça a retomada do crescimento e pressiona a inflação, com possíveis impactos na popularidade do presidente Jair Bolsonaro, que tentará a reeleição no ano que vem.

Para seus defensores, o modelo proposto, com maior participação de combustíveis fósseis em detrimento de fontes renováveis, tem como vantagem trazer mais segurança energética e estabilidade para o uso da água dos reservatórios para outras atividades econômicas.

Por outro lado, é mais poluente e acarretará uma conta de luz mais alta para empresas e consumidores residenciais. Isso porque, embora não estejam sujeitos a fatores como as chuvas, os ventos ou a incidência solar, as termelétricas geram uma energia mais cara e emitem mais carbono do que as usinas hidrelétricas, eólicas ou solares.

Essa guinada, se de fato ocorrer, vai na contramão da meta anunciada por Bolsonaro na Cúpula do Clima de neutralizar as emissões de carbono em 2050.

Parte dos ministros de Bolsonaro acredita que o modelo atual, que privilegia o preço da energia em detrimento da regularidade do fornecimento, está equivocado por sempre contar com condições favoráveis na próxima temporada de estação chuvosa. Esse grupo alega que a política atual estimula o uso dos reservatórios até o limite, provocando instabilidade no sistema e incertezas sobre o fornecimento.

Um comitê interministerial será criado por medida provisória para monitorar a crise, com os titulares das pastas de Minas e Energia (MME), Casa Civil, Desenvolvimento Regional, Meio Ambiente e Infraestrutura.

O grupo deve propor mudanças de horário de pico de empresas de setores que consomem mais energia, como siderúrgicas, indústrias e o setor de transformação de fertilizantes.

O MME, que presidirá o colegiado, deverá ainda elaborar um projeto para que o país aumente a capacidade de geração de energia de curto prazo.

Além de reduzir o impacto da intermitência característica das energias renováveis, há propostas para estimular a aquisição de geradores a diesel por grandes empresas, supermercados e hospitais. A medida pode instituir por um lado incentivos tributários para a compra desses equipamentos e, por outro, aumentos de tarifa de energia para esses grandes consumidores.

A medida provisória também deverá retirar poderes da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Ibama com o objetivo aumentar a velocidade de decisões como alteração da vazão de represas de hidrelétricas a fim de alimentar outras usinas rio abaixo.

É o caso da discussão em torno do reservatório de Furnas, cujo nível o governo quer baixar, mesmo com prejuízos para outras atividades econômicas, como a irrigação, o turismo e a piscicultura.

Dentro do governo, há quem duvide da previsão da Aneel de que será possível evitar apagões e racionamento nos próximos meses. Bolsonaro e alguns de seus auxiliares mais próximos temem que os impactos políticos da crise afetem sua popularidade e, por consequência, suas chances de reeleição em 2022.

O principal receio é que se repita o cenário de 2001, quando apagões e racionamento de energia derrubaram a aprovação do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que não conseguiu fazer o seu sucessor.

“Está se torcendo pelos modelos que foram apresentados pela Aneel, que acha que o país chega até novembro incólume, sem racionamento”, disse um ministro reservadamente ao **Valor**. “Eu não acredito. O problema está no horário de pico [de consumo].”

Esse ministro afirmou que o crescimento econômico previsto para este ano, próximo de 5%, não deve ser um problema, embora admita a possibilidade de a pouca disponibilidade de energia limitar o desempenho.

“O crescimento vai chegar a 5%, mas a uma base deprimida”, disse.

O ministro Bento Albuquerque (MME), porém, vem afirmando que não haverá uma repetição de 2001, uma vez que à época a energia hidrelétrica representava 85% da matriz energética nacional.

Atualmente, segundo o ministro, o índice é de 61%. Mas, para parte do governo, o país só terá segurança energética se esse índice cair ainda mais.

O custo médio da energia hidrelétrica no Brasil está em torno de R\$ 200 por megawatt-hora (MWh), em comparação a R\$ 400 a R\$ 500/MWh das térmicas a gás e a R\$ 500/MWh e R\$ 1.000/MWh das térmicas a combustível.

Índice de miséria dispara e é o maior em nove anos

Desemprego é principal fator para alta de dado que inclui inflação

Por Fabio Graner — De Brasília

18/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas



Sergio Vale: termômetro social vai estar contra Bolsonaro no ano que vem — Foto: Claudio Belli/Valor

O índice de miséria (indicador econômico calculado pela soma da taxa de inflação com a de desemprego) no Brasil atingiu em maio o maior nível desde 2012, pico da série estimada pelo economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale. Segundo ele, essa taxa ficou no mês passado em 23,4 pontos percentuais, pico histórico que, em seus cálculos, deve ser novamente superado neste mês, chegando a 23,7 pontos.

No fim do ano passado, esse indicador estava em 18,4 pontos e, em maio de 2020, 14,8 pontos. A partir de julho, contudo, Vale vê uma trajetória de melhora, mas encerrando o ano ainda acima de 20%, nível ainda

bastante elevado, historicamente. Segundo ele, apesar da inflação alta, o principal fator para o índice de miséria recorde é o desemprego. Essa situação, explica o economista, ajuda a entender a queda de popularidade recente de Jair Bolsonaro.

Vida apertada

Índice de miséria no Brasil, em pontos



Fonte: IBGE. Elaboração e projeção: MB Associados

“Devemos chegar no pico histórico ainda com a piora da taxa de desemprego neste primeiro semestre. E o interessante é que mesmo caindo ainda vai estar próximo do pico histórico anterior da época da [ex-presidente] Dilma [Rousseff]”, disse ao **Valor**. “Vale dizer que mesmo para 2022 esse número ainda vai ser elevado.”

Em sua visão, diferentemente do que ocorreu no governo Dilma, quando o problema maior era a inflação persistentemente alta, o vilão principal agora é o desemprego, que, para ele, é um problema mais difícil de solucionar do que a própria inflação.

Em maio, a inflação medida pelo IPCA chegou em 12 meses a 8,1% e o desemprego por ele estimado é de 15,3%. O dado efetivo mais recente de desemprego do IBGE é de março, quando estava em 14,7%. Nesse mês, o índice de miséria chegou a 20,8 pontos, empatando com o pico anterior da série, registrado em agosto de 2016.

“Esse número ajuda a explicar a baixa de popularidade do presidente e tende a impedir que ele suba para patamares muito maiores no ano que vem. O termômetro social vai estar contra o presidente. Não à toa a busca por um programa social robusto que justamente minimiza as perdas para a população em extrema pobreza, que também está sofrendo agora com a inflação”, salientou Sergio Vale.

O economista alerta que ter um programa social é importante, mas precisa se ter cuidado para que o desenho dele não tenha um componente político, como há indicações de que vai ocorrer. “Isso pode

atrapalhar o desenho do programa, não só por ele mesmo, mas pelo que pode causar na estrutura de gastos públicos. A tendência é a pressão nos gastos manter o sentido de preocupação com a política fiscal nos próximos anos.”

A professora associada de economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) Julia Braga explica que a alta da inflação é reflexo da desvalorização cambial que aconteceu até o início do ano combinada com a alta de commodities no exterior. “Isso impactou os custos ao produtor e teve algum repasse ao varejo”, disse também destacando a alta dos preços dos alimentos e a crise hídrica que elevou o preço da energia elétrica. Para a economista, a tendência nos próximos meses é de que a inflação arrefeça, com a atuação do Banco Central e a valorização recente do câmbio.

No caso do desemprego, ela vê um componente mais estrutural, decorrente de praticamente uma década de estagnação da economia brasileira. “O Brasil entrou na pandemia já com uma alta taxa de desemprego e subemprego, o que foi agravado pela pandemia”, disse, apontando que, mesmo com a retomada, a taxa de desemprego não deve cair porque deve haver um aumento na procura de trabalho por um contingente que hoje está desalentado. “A queda do desemprego é uma coisa mais complicada”, aponta.

Ela destaca que ainda tem uma situação social de miséria crescente no Brasil, que o programa Bolsa Família não tem dado conta de resolver, especialmente com a subida da inflação. “É preciso reforçar o programa social no curto prazo. No médio e longo prazo, o Brasil precisa de um planejamento, com volta de investimentos em infraestrutura, como está ocorrendo em todo mundo”, disse, citando exemplos como o da África do Sul. “O Brasil ainda está muito defasado nessa discussão”, completou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Baixe todas as as NFes emitidas contra sua empresa de Salvador automaticamente!

ARQUIVEI

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça a criptomoeda que tem tudo para valorizar nos próximos meses

MONEY TIMES

LINK PATROCINADO

Nova churrasqueira de fogão que não faz fumaça vira febre em Salvador

CHURRASCLEAN

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

Próstata grande: Faça isto todos os dias para diminuir

PROST FORCE

Salários e Bolsa Família reforçam pressão por gastos

De olho em 2022, Bolsonaro pede análises sobre reajuste para servidores e do programa social

Por Fabio Graner — De Brasília

18/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas



Pagamento de auxílio a beneficiários do Bolsa Família: valor maior para programa é uma das apostas de Bolsonaro — Foto: Gabriel de Paiva/Agência O Globo

Já se preparando para o pleito eleitoral do próximo ano, o presidente Jair Bolsonaro pediu e o ministro da Economia, Paulo Guedes, começou a avaliar possíveis cenários para reajustes de servidores públicos. Não há, porém, decisão tomada sobre o tema nem sobre valores, segundo apurou o **Valor**. A notícia ocorre em um contexto no qual Bolsonaro está demandando outros aumentos de gastos, como maior valor para o Bolsa Família.

O jornal "O Estado de S. Paulo" informou que Guedes estava estudando um reajuste de 5% aos servidores. Se a recomposição for nesse nível, o impacto seria de R\$ 15 bilhões só em 2022, confirmou o **Valor**, mas uma fonte lembra que, por ser um gasto permanente, esse custo se repete nos anos seguintes.

A questão de reajustar servidores tem inconvenientes. Tomaria em definitivo mais espaço livre no teto de gastos, tirando recursos que poderiam ser direcionados para reforçar outros programas, como o Bolsa Família (que Bolsonaro quer levar a R\$ 300), investimentos e gastos em outras áreas do governo. E aumentando a já alta rigidez orçamentária no país.

É verdade que algumas categorias já estão há alguns anos sem sequer ter reposição de inflação, diminuindo o poder de compra desses trabalhadores. Por outro lado, uma fonte do governo destaca que o funcionalismo não teve redução salarial na pandemia, como grande parte do setor privado, aumentando a diferença entre a renda do trabalhador público e do privado.

A ideia de repor parte da inflação se insere em um contexto no qual Bolsonaro tenta recuperar popularidade, que está em baixa. Sua imagem com o funcionalismo está abalada pela reforma administrativa, mesmo sem que ela atinja os atuais servidores, segmento numeroso e barulhento.

Outra medida que pode ajudar a bombar o capital político do presidente é o reajuste da tabela do Imposto de Renda, com elevação da faixa de isenção, bem como das demais faixas e também das deduções do IR. A proposta, porém, ainda não foi enviada. Claramente o governo está se movimentando "para o ataque" na política, visando a reeleição. A questão é caber nos limites fiscais.

Ontem, Bolsonaro justificou que reajustar o Bolsa Família é necessário devido à alta no preço dos alimentos. "Está sendo negociado para aumentar aí 50% até dezembro porque houve uma inflação, sim, nos produtos. Alimento subiu no mundo todo", disse, sem explicar como o governo irá ampliar o pagamento sem extrapolar o teto de gastos.

Horas depois, após almoçar no Rio com seu pai e empresários fluminenses, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) disse que o Bolsa Família deverá ser rebatizado como Alimenta Brasil. "Pelo que tenho ouvido do ministro Paulo Guedes é que o diferencial é criar estímulos para que as pessoas deixem de precisar do benefício."

O ímpeto presidencial ocorre em um quadro no qual a inflação permitirá uma ampliação de gastos em 2022. Esse espaço, contudo, é limitado, lembram os técnicos e não dá para fazer tudo que se sonha ao mesmo tempo. Fontes pontuam que há pressões por gastos de outros ministérios, mais investimentos e um reajuste no Bolsa Família deve consumir a maior parte do espaço que está se criando. E um reajuste para servidores tiraria espaço para outras despesas que podem ser mais úteis.

A área econômica diz haver alguns exageros na leitura do tamanho do espaço para aumento futuro de gastos. Nas contas da equipe de Guedes, quando se subtrai o crescimento projetado para as despesas obrigatórias do aumento que o limite total de despesas terá, considerando 8,03% de inflação, o excedente para gastos extras é de R\$ 25 bilhões. Em alguns cenários, pode chegar a R\$ 30 bilhões.

Anteontem, a Instituição Fiscal Independente (IFI) projetou o espaço adicional de despesas em R\$ 47 bilhões. O banco Barclays tem número maior: R\$ 79 bilhões.

A leitura no ministério, porém, é que projeções indicando espaço tão grande não estariam levando adequadamente em conta fatores que afetam diretamente a despesa. O principal deles seria o crescimento vegetativo na Previdência (incorporação de novos beneficiários) e no gasto com pessoal (por progressões e promoções).

Uma fonte explica que, na Previdência, o crescimento vegetativo está em 2%. A esse índice se soma a elevação do INPC, que corrige os benefícios, perto de 6%, e ainda os R\$ 2 que faltaram de correção neste ano. Assim, o maior gasto primário, será corrigido quase igual ao teto. Outro interlocutor destaca que só o crescimento vegetativo em Previdência e pessoal reduz o espaço de gasto em R\$ 20 bilhões.

O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, defende o número encontrado pela entidade, embora aponte que o cenário tem incertezas. “De todo modo, o alerta da IFI é muito claro: o governo não deve gastar por conta aquilo que é incerto. Uma coisa é discutir incremento do Bolsa Família, como aliás estamos prevendo no nosso cenário. Outra, é passar a discutir reajustes salariais e outros gastos na esteira de um espaço fiscal derivado de algo ruim, isto é, de inflação alta.” **(Colaboraram Matheus Schuch, de Brasília, e Cristian Klein, do Rio)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça a criptomoeda que tem tudo para valorizar nos próximos meses

MONEY TIMES

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

Máscara transparente com design suíço vira moda e lidera vendas em 2021

CLEARMASK

LINK PATROCINADO

Nova churrasqueira de fogão que não faz fumaça vira febre em Salvador

CHURRASCLEAN



Os ajustes na reforma tributária que vão beneficiar os mais pobres

Luiz Carlos Hauly e Miguel Abuhab*

17 de junho de 2021 | 10h30

A reforma tributária avança no Congresso. Tanto a Câmara quanto o Senado pretendem acelerar a discussão e aprovação do tema, tão necessário para botar a economia nos trilhos.

Ao engajamento político, sobrepõe-se a expectativa da sociedade com a reforma. Desde 1989, houve 17 minirreformas tributárias fatiadas, e cada uma delas só fez ampliar o peso do verdadeiro manicômio tributário em que vivemos. O resultado é que, com o estrangulamento causado pela alta carga de impostos e a complexidade do sistema, a economia chegou ao fundo do poço. Entre 2011 e 2020, tivemos uma década perdida, com crescimento zero e perdas fiscais de R\$ 13,7 trilhões, o que equivale a quase dois PIBs.

A proposta mais abrangente de reforma tributária caminha no Senado, onde se discute uma ampla simplificação de tributos sobre a chamada “base consumo”, tais como o ICMS, ISS, IPI, IOF, Pasep, CID e salário educação, simplificação da Base Renda e ampliação da Base Patrimônio. Essa reforma tributária ampla se baseia em inúmeros estudos e anos de debates no Legislativo sobre o tema, bem como nas recomendações do relatório da Comissão Especial Mista que estudou o assunto, e que foi apresentado no início de maio pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB); e principalmente na PEC 110, de autoria do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) e de mais 65 senadores, tendo como relator o senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

O Destrava Brasil calcula que, com os dispositivos contidos na PEC 110, o Brasil terá um ganho trilionário com a reforma tributária. Somente o uso da tecnologia de cobrança 5.0 de cobrança automática a cada nota fiscal emitida vai permitir uma formalização de pelo menos 50% do PIB informal, estimado em R\$ 1,8 trilhão. O fim da guerra fiscal trará uma economia de R\$ 300 bilhões ao ano para os consumidores. Com o fim da possibilidade de se formar novas dívidas ativas, mais R\$ 100 bilhões de economia. Fim do contencioso, outros R\$ 100 bilhões.

Outro estudo, divulgado pela gestora de recursos RPS Capital, estima que o Brasil atingirá um aumento no PIB de 14% em oito anos, caso o país venha a implantar uma reforma tributária ampla. Ganhos de crescimento econômico, produtividade e competitividade justificam esses números positivos.

Nossos cálculos, porém, são ainda mais otimistas: a reforma tributária completa, como prevista na PEC 110, fará o PIB crescer adicionalmente 5% ao ano e 40% em oito anos.

A unificação de tributos na base consumo, aliada à tecnologia 5.0 na cobrança do imposto (IBS), vai eliminar a inadimplência, o contencioso tributário e a guerra fiscal. Aumentará a arrecadação de impostos sem aumentar a carga, beneficiando os três entes federativos que compartilham o sistema fiscal (governo federal, estados e municípios).

Porém, o que se espera também da reforma tributária é que ela promova maior justiça social e seja solidária com as famílias mais pobres, hoje penalizadas por uma carga de impostos que consome 53,9% de seus orçamentos.

Nesse sentido, há que se alertar para a preservação de pontos importantes da reforma, que não foram contemplados no relatório da Comissão Mista, e que precisam ser resgatados na discussão entre os senadores que vão apreciar o tema.

A PEC 110 prevê alíquotas menores para setores essenciais como alimentos, medicamentos, saneamento básico e logística reversa, além de seletividade socioambiental na aplicação dessas alíquotas. Estabelece ainda, entre outras medidas, o crédito financeiro na apuração dos impostos entre micro e pequenas empresas

Esse é o único caminho para a retomada do crescimento econômico sustentado com inclusão econômica, fraterna e solidária.

***Luiz Carlos Haully e Miguel Abuhab são fundadores do movimento Destrava Brasil, de conscientização e engajamento sobre a reforma tributária (www.destravabrasilja.com.br)**

mercado

Com recuos do relator, Senado aprova, em votação apertada, MP da Eletrobras

Vitória do governo, medida passa por 42 a 37 e volta à Câmara, ainda com 'jabutis' que geram privilégios

Thiago Resende e
Washington Luiz

BRASÍLIA Em uma votação apertada, o Senado aprovou nesta quinta-feira (17) medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras. Com 42 votos a favor e 37 contra, o governo, especialmente o ministro Paulo Guedes (Economia), obteve uma vitória no Congresso. Mas, para isso, teve que ceder à pressão de mudanças na proposta.

Com apoio de partidos da base do governo, a venda da estatal avança depois uma sessão que durou quase dez horas. O assunto se arrasta no Congresso desde o governo Michel Temer (MDB).

O texto agora segue para a Câmara, que já havia dado aval à proposta no fim de maio. Segundo o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a apreciação deve ocorrer na segunda-feira (21). Isso será necessário porque, como o Senado mudou o texto, os deputados irão avaliar a nova versão. Se aprovado na Câmara, o texto seguirá para sanção.

A proposta precisa do aval final da Câmara até terça-feira (22) para não perder validade. A oposição ao governo informou que pretende recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar barrar a privatização.

Para chegar ao resultado desta quinta, o relator do texto no Senado, Marcos Rogério (DEM-RO), precisou recuar em alguns pontos. Ao todo, o senador apresentou três versões do relatório.

Ele retirou a exigência de contratação de térmicas movidas a gás natural antes da desestatização; desistiu de prorrogar benefícios a usinas a carvão mineral; e incluiu um dispositivo que tira poderes do Ibama e da Funai (Fundação Nacional do Índio) no licenciamento da linha de transmissão de energia Manaus-Boa Vista.

A MP foi enviada pelo presidente Jair Bolsonaro no fim de fevereiro. Foi uma sinalização ao mercado de que a agenda liberal de Guedes segue de pé.

Embora tenha se manifestado contra a privatização da Eletrobras na campanha, Bolsonaro passou a defender a medida. Na quarta (16), o presidente disse que haverá um "caso energético" no Brasil sem a aprovação da medida provisória da privatização. A expectativa é que a União arrecade cerca de R\$ 60 bilhões com a operação.

De acordo com o texto, a privatização se dará da seguinte forma: haverá um aumento do capital social da Eletrobras pela emissão de ações ordiná-



Rodrigo Pacheco (DEM-MG) conduz sessão do Senado que aprovou medida provisória da Eletrobras. Edison Rodrigues/Agência Senado

as (com direito a voto), de forma a diluir a participação da União na empresa.

Assim, a União, que hoje tem a maioria das ações ordinárias da Eletrobras, passará a ser minoritária, em torno de 45%. A MP permite ainda que a União faça uma oferta secundária de ações, vendendo sua própria participação na empresa.

O texto aprovado pelo Senado é criticado por representantes do setor elétrico por causa de medidas incluídas na MP pelo Congresso, que, segundo essas entidades, devem encarecer a energia.

No caso da MP da Eletrobras, a avaliação entre especialistas é que acompanham a discussão é que os parlamentares usaram o texto, que deveria tratar apenas da privatização da estatal, para ampliar privilégios de grupo privado da área de energia, gerando custos bilionários adicionais, que serão inseridos, no futuro, na conta de luz de todos os brasileiros.

Mudanças na proposta para incluir temas alheios à proposta original são chamadas de "jabutis". Diante de reclamações inclusive na base aliada de Bolsonaro, o relator teve que recuar em alguns deles.

Rogério havia apresentado uma versão que exigia a contratação das térmicas a gás antes da privatização. No texto aprovado não há mais a determinação prévia de leilões

— eles ainda terão que acontecer, de acordo com o projeto, mas não há mais a obrigatoriedade de serem realizados antes da desestatização.

O recuo foi um pedido de técnicos da equipe de Bolsonaro era que essa obrigação de contratos prévios poderia inviabilizar a privatização da estatal. Isso porque os leilões das usinas térmicas ainda dependeriam de novos empreendimentos.

Em outro "jabuti", a proposta atropela o Ibama e a Funai para dar início à construção de uma linha de energia elétrica de alta tensão na terra indígena wa'imiri-atroari (Amazonas e Roraima).

O texto diz que, uma vez que concluiu o Plano Básico Ambiental Componente Indígena (PBA-CI), fica a União autorizada a iniciar as obras do Linha de Tucuruí. O caminho comum é que a Funai e o Ibama emitam parecer quando esse plano fica pronto.

Para tentar viabilizar a desestatização da Eletrobras, a Câmara incluiu na proposta uma previsão de contratação de 6 gigawatts (GW) em térmicas a gás nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, e de outros 2 GW em PCHs (pequenas centrais hidrelétricas).

No Senado, essa medida foi ampliada. O texto aprovado pelos senadores prevê a contratação de 8 GW.

A instalação desses empreendimentos gera polêmicas. Enquanto alguns dizem que a pulverização dos projetos no interior favorece a economia nacional, outros afirmam que eles contrariam a lógica econômica, já que vão exigir investimentos bilionários na construção de gasodutos e linhas de transmissão apenas para favorecer grupos privados que atuam especificamente nesses locais do país.

Pelo novo texto, serão distribuídos 1 GW para a região Nordeste, 2,5 GW para a região Norte, 2,5 GW para a região Centro-Oeste e 1 GW para a região Sudeste, sendo 50% para estados produtores de gás natural e 50% para estados não produtores de gás natural na área de atuação da Sudene.

A ampliação dos leilões visa atender à pressão de senadores dessas regiões, especialmente do Sudeste, que não estava contemplado na versão aprovada na Câmara.

Após o recuo sobre a exigência de contratação prévia, os leilões dessas termelétricas não têm prazo para serem realizados de acordo com a MP. A oposição ao governo e senadores independentes se posicionaram contra os "jabutis" da MP. Eles argumentam que as medidas irão encarecer a tarifa de energia elétrica, por prever subsídios a diversos setores.

Relator, porém, nega. "Hoje a energia que estamos ten-

do que comprar custa muito mais do que aquela que temos a partir desses novos parques de produção termoelétrica movidas a gás", disse, lembrando que, por causa da falta de chuvas neste ano, foram acionadas usinas a óleo.

Rogério teve que fazer diversas alterações na proposta para atender a pedidos de senadores da base do governo e ao lobby de empresas do setor.

Além dos "jabutis", senadores da oposição e independentes demonstraram preocupação com a possibilidade de a Câmara não levar em consideração as mudanças feitas no Senado e restabelecer o texto aprovado pelos deputados.

Eles também tentaram rejeitar a MP com o argumento de que o tema tratado por ela não era urgente e deveria ser apresentado por meio de projeto de lei.

"Precisamos capitalizar a empresa, precisamos reduzir a tarifa, precisamos melhorar o acesso do cidadão brasileiro à garantia de energia, nós precisamos dar base para o investimento no mercado brasileiro, mas não é preciso fazer isso dessa forma. Nada justifica essa pseudorigência", disse Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Jean Paul Prates (PT-RN), líder da minoria, questionou a falta de estudos que demonstrassem o impacto tarifário da medida.

"Nós não estamos falando aqui de questões técnicas, nós estamos falando de barganhas que estão acontecendo nas últimas horas. E, em vez de cruzeiros, ou recuos, ou reais, ou emendas e tal, estamos negociando megawatts. Cada parlamentar está aqui regateando megawatts."

Acompanhando o relator, senadores governistas defenderam que a privatização vai baixar as tarifas de energia.

"O governo está definindo uma política de localização estratégica das termelétricas e o governo está fixando um preço teto de R\$ 300 por megawatt-hora, e hoje nós estamos pagando mais de R\$ 1 mil", argumentou Fernando Bezerra (MDB-PE).

As ações da Eletrobras terminaram o pregão desta quinta em queda — o mercado fechou antes da aprovação da MP. Os papéis preferenciais (sem direito a voto) caíram 3,18% e os ordinários (com direito a voto) cederam 3,05%.

Analistas apontaram que as muitas mudanças no texto poderiam complicar a aprovação do texto. Além disso, mesmo com as alterações, o governo enfrentou resistências entre senadores nesta quinta.

Apesar dos "jabutis", o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) comemorou a aprovação do texto no Senado. Ele foi pessoalmente ao Congresso para participar da articulação. Em vídeo, ao lado de Rogério, o ministro disse que o Senado aprovou uma modernização do sistema elétrico.

Leia mais sobre energia na pág. A15 e na coluna de Vinícius Torres Freire, na pág. A16

A MP da Eletrobras

JABUTIS NO SENADO

- Contratação de 6 GW (gigawatts) em térmicas a gás no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sudeste e de outros 2 GW em PCHs (pequenas centrais hidrelétricas)

- Concluído o Plano Básico Ambiental Componente Indígena (PBA-CI), União ficará autorizada a iniciar as obras do Linha de Tucuruí, atropelando Ibama e Funai

- Possibilidade de o consumidor optar pela compra de energia de qualquer concessionário, a partir de 2026

- Indenização de R\$ 260 milhões ao Piauí pela privatização da Cepisa

- Indicados a cargos da diretoria do ONS passam a depender de aval do Senado

- JABUTIS NA CÂMARA

- Contratação de 6 GW em térmicas a gás no Norte, Nordeste e Centro-Oeste
- Contratação de outros 2 GW em PCHs
- Prorrogação do Proinfra

'Jabutis' ampliam insegurança jurídica, avalia setor elétrico

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Executivos do setor elétrico dizem que a aprovação pelo Senado da medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras gera maior insegurança jurídica a investidores no país, ao sinalizar que mudanças estruturais no mercado podem ser feitas por meio de emendas sem relação com o tema, os chamados "jabutis".

"É uma sinalização muito ruim para o setor elétrico", disse após a votação o presidente do Fose (Fórum de Associações do Setor Elétrico), Mário Menel. "Reserva de mercado é uma coisa que aparentemente estava supe-

rada na visão de modernização do setor elétrico."

Menel refere-se ao projeto de lei em discussão no Congresso, também apoiado pelo governo federal, que prevê uma reforma do setor elétrico e caminhava num sentido de maior liberalização. Agora, diz ele, o texto terá que ser revisado para se adequar a medidas aprovadas na MP.

"As definições [da MP] invadem o espaço do planejamento setorial e ampliam o risco de investimentos no setor por sinalizar grande instabilidade para investimentos de capital intensivo e de longo prazo, assim como a governança da operação do setor elétrico", disse antes da sessão no Senado a União pela Energia.

O grupo reúne 45 associações ligadas à indústria e ao setor de energia e defende que a medida provisória vai trazer aumento na conta de energia elétrica.

Os "jabutis" do Senado, diz, acrescentaram R\$ 15 bilhões em custos adicionais, elevando a conta para R\$ 59 bilhões. Incluindo impostos e benefícios setoriais, o custo chegaria a R\$ 84 bilhões.

"Sinaliza também que a tendência é que a cada MP podem surgir novas decisões que afetam a concorrência no mercado de energia e perturbam a competição, alterando os resultados entre vencedores e perdedores do setor", acrescentou a entidade.

Após a votação, a União pe-

la Energia disse lamentar a aprovação dos "jabutis" e que seu foco agora estará no debate do projeto de lei de modernização do setor.

O setor reclama ainda de interferência do Congresso no planejamento, sem estudos técnicos prévios que justifiquem as medidas, ao definir volumes obrigatórios de contratação de determinadas fontes e locais para instalação de usinas.

"Atribuir ao Legislativo a atividade de planejamento, que é de cunho técnico, e interferindo no papel do MME [Ministério de Minas e Energia], da EPE [Empresa de Pesquisa Energética] e das diretrizes de política energética do CNPE [Conselho Nacional de

Política Energética], é um sinal ruim e introduz instabilidade regulatória", reforça o presidente da consultoria PSR Energy, Luiz Barroso.

Para Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), "o texto final da MP traz pontos de preocupação em relação a custos que irão recair nas contas dos consumidores".

O segmento acabou sendo atingido no Senado com um "jabuti" que determina a abertura total do mercado de energia até 2026.

Essa medida garante que consumidores possam procurar seu próprio fornecedor de energia. A mudança já era alvo do projeto de modernização e as distribuidoras de

fornecer, se não for feito de forma organizada, transferirá aos consumidores de pequeno porte os custos da migração dos maiores para o mercado livre.

Setores beneficiados, por outro lado, rebatem as críticas e defenderam que a medida provisória é benéfica ao consumidor. Para a Abegás (Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado), a contratação obrigatória de térmicas reduz o custo da energia e permite a construção de gasodutos para o interior do país.

"A medida irá contribuir para que o país produza cada vez mais gás natural, alcançando o gás do pré-sal para os brasileiros", afirmou.

O efeito dos rios voadores da Amazônia

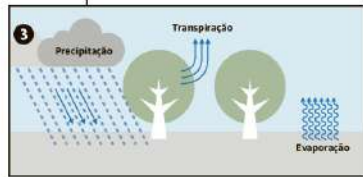
- 1 Ventos carregam a umidade do Oceano Atlântico para a Floresta Amazônica
- 2 Ao atingir a floresta, essa umidade causa chuva
- 3 Em seguida, há um processo chamado de evapotranspiração. Ou seja, a água acumulada no solo e na transpiração das árvores é devolvida em forma de umidade para o ar
- 4 Essa umidade é carregada pelos ventos até a Cordilheira dos Andes, que funciona como uma barreira
- 5 Com a barreira, parte da umidade faz uma espécie de curva e retorna para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil



O desmatamento da Amazônia é considerado um risco aos corredores atmosféricos

25% foi a alta nos avisos de desmatamento na Amazônia Legal entre janeiro e maio, alcançando área de 2.547,7 km², conforme o Inpe

30,38% era o percentual de armazenamento de energia na quarta-feira nos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste, segundo o ONS



Fonte: Departamento de Meteorologia da UFRR

Desmate da Amazônia e aquecimento global agravam crise hídrica

Fenômeno La Niña também é visto como um dos causadores da seca nos reservatórios, pois afeta a distribuição de chuvas no centro-sul

Leonardo Vicceli e Nicola Pampalona

RIO DE JANEIRO O fenômeno natural La Niña ajuda a entender, mas não explica toda a crise hídrica que ameaça o setor elétrico no país, indicam especialistas. Segundo eles, a escassez de chuvas também pode ser associada a questões como a mudança climática provocada pelo aquecimento global e até o desmatamento na Amazônia.

Durante o verão, não choveu o suficiente para encher reservatórios de importantes usinas hidrelétricas no Sudeste e no Centro-Oeste. A situação exige o acionamento de térmicas, que são mais caras e elevam o preço da energia.

O La Niña é visto como um dos motivos da crise porque afeta a distribuição de chuvas. No país, esse fenômeno costuma provocar estiagem no centro-sul, justamente onde estão os principais reservatórios para geração de energia.

"O fenômeno é causado pelo resfriamento das águas superficiais do Pacífico Equatorial, na região da costa do Peru. Quando as águas estão mais frias do que o normal, geram uma alteração na circulação de ventos e umidade. Na região centro-sul do Brasil, a tendência é de estiagem", sinaliza Renata Libonati, professora do Departamento de Meteorologia da UFRRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Renata também vê, na crise hídrica, reflexos do desmatamento da Amazônia. É que a região, lembra a professora, exerce papel importante em fluxos de umidade que levam chuvas para Centro-Oeste e Sudeste. Esses processos ocorrem por meio dos chamados rios voadores da Amazônia:

"A floresta funciona como uma bomba que suga a umidade do Atlântico. Essa umidade entra na Amazônia, causando chuva. A floresta acaba gerando mais umidade, que é carregada por ventos até a Cordilheira dos Andes. A umidade

bate na cordilheira, faz uma espécie de curva e volta ao centro-sul. Estudos demonstram que o grande desmatamento altera essa fonte de umidade".

De janeiro a maio, os avisos de desmatamento na Amazônia Legal alcançaram área de 2.547,7 km², alta de 25% em relação a igual período do ano passado. Os dados aparecem no sistema de monitoramento Deter, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Levantamento do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) também indica piora no quadro. Conforme o instituto, uma área de floresta quase do tamanho do município do Rio foi desmatada apenas em maio. O Imazon detectou 1.125 km² de desmatamento no período, maior saldo da série histórica para o mês em dez anos.

Na avaliação de Paulo Artaxo, estudioso da Amazônia há 37 anos e doutor em física atmosférica pela USP, as perdas registradas na floresta podem ter impacto na seca deste ano, assim como o La Niña. Outro possível fator para a escassez de chuvas é o aquecimento global, lembra o pesquisador. "Todos os modelos climáticos preveem redução nas precipitações com o aumento da temperatura no Brasil central. O aumento da temperatura altera a circulação atmosférica. Isso, por sua vez, altera as trajetórias de massas de ar que poderiam trazer vapor de água", diz. "Com a elevação da temperatura, há aumento da incidência de eventos extremos, como grandes cheias e grandes secas."

O meteorologista Marcelo Seluchi, coordenador-geral de operações e modelagem do Cemaden (Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), também elenca mais de um fator para explicar as dificuldades hídricas. Seguindo ele, o Brasil registra chuvas abaixo da média desde 2014. Neste ano, diz, o quadro foi agravado pelo La Niña.

Seluchi concorda com a ideia de que o aquecimento global e o desmatamento de diferentes biomas podem agravar a situação. "A chuva precisa de umidade para ocorrer. Se você modifica o solo, substitui florestas, desmata nascentes de rios, tudo isso causa mudança de umidade. Não há como dizer qual o percentual de cada fator nesse processo [crise hídrica]. Há uma combinação de coisas", analisa o meteorologista do Cemaden, órgão ligado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações.

A doutora em meteorologia e professora da Unifei (Universidade Federal de Itajubá) Michelle Simões Reboita diz que as projeções apontam aumento nos períodos secos sobre a região da bacia do rio Paraná.

Argêlio, conhecida como a caixa d'água do setor elétrico pela grande quantidade de hidrelétricas com reservatórios, viveu no último ano a pior seca da sua história e está hoje com 30% de sua capacidade de armazenamento de energia.

"A gente tem observado que os ventos que vão do oceano para o norte do Brasil vão enfraquecer no clima futuro. Se enfraquecem, levam menos umidade para o continente", diz. "Com a Amazônia mais seca, não tem esse transporte de umidade, que conhecemos como rios voadores. E isso impacta o Sudeste."

Com a perspectiva de menores chuvas, a operação do setor elétrico terá que mudar, diz a doutoranda em engenharia elétrica pela Unifei Cássia Akemi Castro Kul. As chamadas energias renováveis intermitentes, como eólica e solar, têm que ganhar mais espaço, substituindo o papel hoje feito pelas hidrelétricas.

Em vez de garantir a geração de energia na base, as hidrelétricas passarão a atuar como fontes complementares, gerando para cobrir a parte da demanda que não pode ser atendida por eólicas e solares nos períodos de menos vento e sol.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painel.sa@grupofolha.com.br

Termômetro

Cresce no setor de saúde uma preocupação com os danos que a pandemia pode deixar na reputação do mercado. Segundo o Instituto Ética Saúde, que reúne empresas e associações do setor, mais de 90% dos membros de seu conselho consultivo afirmaram nesta semana que a percepção de corrupção aumentou desde o início da crise sanitária. O cenário de crise de confiança acende uma luz amarela porque o aumento da percepção de risco pode desencadear retração de investimentos.

SINTOMA Para Eduardo Winston, presidente do conselho do instituto, já há segmentos em que a credibilidade é um fator crítico, e quando isso acontece parte dos recursos são transferidos das atividades fim para as de controle.

ASFALTO Edson Caram, ex-secretário municipal de Transportes de São Paulo, se prepara para assumir a superintendência do DER (Departamento de Estradas de Rodagem), que administra as rodovias de SP, no lugar de Paulo Tagliavini nos próximos dias.

PNEU Caram é ligado ao DEM, comandando na capital pelo vereador Milton Leite, e deixou o posto na secretaria municipal no ano passado em um ruído com Bruno Covas por causa da lotação dos ônibus na pandemia, mas foi mantido na gestão preservando pontes com o partido. Neste ano, ele entrou como adjunto na Secretaria de Logística de SP.

ROTA Caram chega ao novo cargo dias após o lançamento da nova fase do programa de vicinais, que expande o alcance de obras que podem ajudar a impulsionar a tentativa do governador João Doria de pavimentar sua candidatura a presidente em 2022.

MENTÕES Após receber sugestão por meio de um tuit de Felipe Neto, o senador Rodolpho Rodrigues (Rede-AP) protocolou nesta quinta (17) um requerimento no CPI da Covid para que o Twitter entregue dados sobre os usuários das contas suspeitas que inativou da rede nesta semana.

AGULHADA "Vocês deveriam convocar os responsáveis do Twitter. Eles precisam explicar por que decidiram lavar as mãos no país", escreveu Felipe Neto para o senador na terça (15), criticando a ação da rede diante de um vídeo sobre vacina compartilhado pelo blogueiro bolsonarista Allan dos Santos. "Sugestão aceita, Felipe", disse o senador.

LUPA Oparlamentar pede a reabertura das contas excluídas pelo Twitter nesta semana, e histórico de logs com horário e endereço do computador utilizado. Procurado pelo Painel S.A., o Twitter não comenta.

PÉRDIDOS A 99Food decidiu ir ao Cade se manifestar contra o iFood nesta quinta (17). A companhia levou uma representação ao órgão dizendo que a atuação do iFood impõe barreiras ao mercado e ao crescimento de sua marca, que completou um ano no Brasil em novembro de 2020.

ADICIONAR À SACOLA Com o gesto, o app da 99 se junta à Rappi Brasil, ao Uber Eats e à Abrasel (associação de restaurantes), que já vinham tentando combater o sistema de contratos de exclusividade do iFood com restaurantes. Em março, a Superintendência-Geral do Cade também se posicionou contra o modelo.

ENTREGA Procurado pelo Painel S.A., o iFood afirma que suas políticas comerciais são legais, pro-competitivas, e beneficiam restaurantes e consumidores da plataforma. A empresa diz que tem cooperado com a autoridade.

NERVOS DE AÇO Dias depois de os representantes da indústria do aço se reunirem com Paulo Guedes para dizer que a produção local vai crescer, chegou a vez de a construção civil se encontrar com o ministro para reclamar do preço do insumo.

BALANÇA Basílio Jafer, presidente do Secovi-SP (associação das construtoras), diz que, em reunião com Guedes nesta quinta (17), o setor pediu redução de impostos de importação do aço por um período de seis meses a um ano para gerar um choque de oferta capaz de barrar as altas praticadas e previstas no preço do produto.

MAPA Segundo José Carlos Martins, presidente da CBIC (Câmara da Indústria da Construção), Guedes disse que o governo está avançando na tentativa para reduzir impostos de importação entre países do Mercosul, que deve ser de 10%.

CLIQUE A fabricante de brinquedos Mattel vai entrar para o mercado de certificado de autenticidade digital NFT, nova fronteira no mundo das artes associada à tecnologia blockchain. A empresa criou uma coleção com três peças de cores carinhosas Hot Wheels e vai leiloar as obras neste mês.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS		IMPOSTO DE RENDA	
Em R\$	Alíquota, em %	Em R\$	Deduzir, em R\$
7,73	8,00	Até 1.903,98	Isento
3,89	7,89	De 1.903,99 até 2.826,65	7,5
142,80		De 2.826,66 até 3.751,05	15
354,90		De 3.751,06 até 4.664,68	22,5
636,13		Acima de 4.664,68	27,5
869,36			

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA	
Competência maio	Valor em R\$
Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00
	Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71

EMPREGADOS DOMÉSTICOS	
Contribuição do empregado	Valor, em R\$
R\$ 1.296,32	116,66
Empregado	259,26
Empregador	259,26

mercado

Liberalismo nacional é uma negociata

Lei de privatização da Eletrobras cria mais daqueles favores que emperram crescimento

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Um motivo da relativa pobreza e do baixo crescimento do Brasil é o mau funcionamento da economia de mercado, se é que "tudo isso que está aí" pode ser chamado assim, de "economia de mercado". A lei de privatização da Eletrobras avocalha ainda mais essa gerência nacional.

A aprovação dessa lei porca e dinheirista foi aplaudida por empresários beneficiados, por governos locais, pelo povo do mercado que tinham comprado ações da empresa e por Paulo Guedes, o tiozão do

WhatsApp pinochetista que é a fantasia caricata de liberal do governo de Jair Bolsonaro. Liberal mesmo não tem aí nessa turma. É todo mundo mero negociata ou coisa pior.

"Economia de mercado" é uma ideia abstrata, um modelo incompreensível ou que desinteressa à maioria das pessoas mesmo quando apresentado na sua versão mais simples. Trocando em miúdos muito grossos, o mercado não funciona ou talvez inexistia por aqui porque muita decisão de investimento não é orientada

pelo cálculo da rentabilidade do negócio em si, por preços livres e custos, pois tal decisão é influenciada de modo pesado pela "rentabilidade" decidida pelo governo.

Um investimento, a criação ou expansão de uma empresa, pode pagar 20% ou 40% de imposto, digamos, porque foi realizado em tal ou qual região ou para produzir tal coisa e não outra. Talvez não pague imposto algum ou até receba um incentivo extra. Quanto mais favor e iniquidade de tratamento, menos o empre-

go do capital é orientado pelo critério de eficiência. Menos eficiência, menos produtividade; ineficiências somadas diminuem o crescimento.

O Brasil tem centenas de regimes especiais de tributação, subsídio, proteção tarifária (no comércio exterior) etc. É difícil imaginar um setor médio ou grande que não tenha sua regrinha especial de favor, cavada em um lobby velho ou coisa pior.

A lei de privatização da Eletrobras está cheia de subsídios e determinações de investimento

que, em princípio ou por princípio, subvertem a ideia de uso eficiente de recursos (que depende de concorrência). Teve apoio de Guedes, que quer fazer onda que privatizou uma "Joia da coroa", que se danem os estragos.

A incompreensão do que pode haver de útil em uma economia de mercado é notável nos comentários mais comuns sobre a reforma tributária. "Vai simplificar o pagamento de impostos" etc. Sim, isso é importante e também, até porque a lei, de tão confusa, provoca disputas jurídicas imensas (mal ou bem-intencionadas), com o que as empresas não sabem quanto devem de tributos e, assim, desconhecem seu custo.

Essencial, porém, é a ideia de que a cobrança de impostos não vá influenciar excessivamente a decisão sobre o melhor uso do capital. Para tanto, impostos têm de ser, o quanto possível, uniformes (um setor

ou região não pode pagar zero e outro 50%). Obviamente, a relativa uniformização vai produzir ganhadores e perdedores setoriais e, em tese, um ganho social (total) maior. Obviamente, uma reforma profunda vai empacar pelos mesmos motivos que provocaram a aprovação dessa lei porca de venda da Eletrobras.

Sim, mercados têm um monte de problemas, reconhecidos pela maioria dos economistas-padrão: falhas de mercado de coordenação, distribuição muito desigual etc. Sim, há mais o que criticar, mas por ora passemos. Além desses problemas, criamos um monstro de produção de favores pior do que aqueles que vemos em economias capitalistas menos incivilizadas. Guedes, Bolsonaro, empresários corrosivos e parlamentares negociatas criaram mais uma cabeça nesse monstro.

vinicius.torres@fpfolha.com.br

Paulo Guedes afirma que classe média exagera no prato

Em aceno a supermercados, governo avalia flexibilizar validade de alimentos

Bernardo Caram

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) defendeu nesta quinta (17) que sobras de restaurantes sejam destinadas a mendigos e pessoas fragilizadas, de modo a encadear o que chamou de "excessos" cometidos pela classe média a políticas sociais.

A fala ocorreu durante o Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento, promovido pela Abras (Associação Brasileira de Supermercados).

"O prato de um [membro de] classe média europeu, que já enfrentou duas guerras mundiais, são pratos relativamente pequenos. E os nossos aqui, fazemos almoços onde às vezes há uma sobra enorme. Isso vai até o final, que é a refeição da classe média alta, até lá há excessos", disse. "Como utilizar esses excessos que estão em restaurantes e esse encadearamento com as políticas sociais, isso tem que ser feito. Toda aquela alimentação que não foi utilizada naquele dia no restaurante, aquilo dá para alimentar pessoas fragilizadas, mendigos, desamparados. É muito melhor do que deixar estragar".

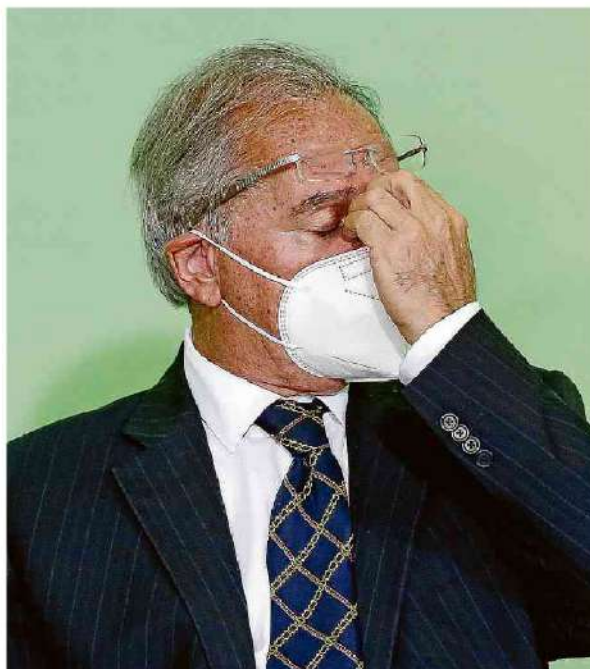
No evento, em um aceno ao setor de supermercados, o governo anunciou que vai criar um grupo de trabalho para avaliar a proposta de flexibilização da regra que trata da validade de alimentos no Brasil. A sugestão é adotar modelo que permita vendas de baixo custo e doações a partir de determinado prazo.

A ministra Tereza Cristina (Agricultura) disse que o governo vai criar um grupo para avaliar o tema e deu um prazo de 15 dias para que uma proposta seja apresentada.

"A gente poderia fazer uma adaptação, sem precarizar nada. Podemos rever uma série de fatores e gargalos, principalmente em relação à validade dos alimentos. A pandemia nos trouxe esse tema de maneira perceptível, temos que agir rapidamente", afirmou.

Guedes disse que sua pasta vai compor o grupo. Para ele, seria interessante acoplar a iniciativa ao anúncio de reformulação do Bolsa Família, fazendo uma ligação entre o programa social e o combate ao desperdício no país.

João Roma (Cidadania) afirmou que o governo vai apresentar seu novo programa social "em curto espaço de tempo" e que pode adequar a legislação no quesito direito do consumidor para evitar des-



O ministro Paulo Guedes em evento no Planalto na semana passada. Pedro Ladeira - 10.jun.21/Folhapress

“ Aquela alimentação que não for usada no restaurante, aquilo dá para alimentar pessoas fragilizadas, mendigos, desamparados, é muito melhor do que deixar estragar”

Paulo Guedes
ministro da Economia

“ É a visão elitista desse governo, que não compreende o povo e, obviamente, não compreende o que é a fome”

Rodrigo Afonso
diretor da Ação da Cidadania

perdício de alimentos. O modelo usado no Brasil considera a data de validade. Dentro do período, o produto é considerado seguro para consumo. Após o vencimento, não deve ser ingerido. Outros países adotam o "best before" (consumir preferencialmente antes de). Nele, o produto pode perder frescor ou nutrientes, mas ser seguro.

Guedes ainda defendeu que os supermercados possam vender medicamentos que não exigem apresentação de receita médica.

“ Governo não compreende a fome”, diz Ação da Cidadania

Gabriela Caseff

SÃO PAULO Para Rodrigo Afonso, diretor-executivo da ONG Ação da Cidadania, organização de combate à fome fun-

da por Betinho em 1993, é inaceitável a frase proferida por Paulo Guedes na manhã desta quinta (17). A sugestão de destinar sobras de alimentos de famílias e restaurantes a pessoas vulneráveis evidencia que o ministro "nunca sentiu com uma família para saber o que é fome".

"Infelizmente é a visão elitista desse governo, que não compreende o povo, obviamente, não compreende o que é a fome", diz Afonso.

O ministro da Economia comparou, no Fórum da Cadeia Nacional de Abastecimento, o prato de brasileiros com o de um europeu.

Para Afonso, a situação de insegurança alimentar no país, que atinge mais de 120 milhões de pessoas, é resultado da destruição das políticas de combate à fome por parte do governo federal. "O preço dos alimentos aumentou pela falta de planejamento, o governo é a causa da fome no Brasil." Ele explica que, além da

extinção do Conselho de Segurança Alimentar e do programa de estoques reguladores de alimentos, houve reduções no incentivo ao pequeno produtor (de R\$ 1,3 bilhão em 2014 para R\$ 151 milhões em 2020) e ao programa de cisternas na zona rural (de R\$ 643 milhões em 2014 para R\$ 74 milhões em 2020).

Em contrapartida, diz, houve investimento maciço na agricultura para exportação. "Em 20 anos, a área plantada de arroz perdeu 50% do espaço de produção em hectares, junto com o feijão, que perdeu 76%. Já a soja e o milho tiveram expansão de 165% e 143%".

"Não se pensou em segurança alimentar, não se olhou para a produção de alimentos. As pessoas comem arroz e feijão, não soja e milho", completa.

Em um aceno à Associação Brasileira de Supermercados, o governo deve avaliar proposta de flexibilização da regra que trata da validade de alimentos no Brasil.

Para Afonso, é preciso reduzir o desperdício na cadeia produtiva, mas o caminho é outro. "Mudar a validade dos alimentos para que sejam consumidos passa mensagem de que podemos dar qualquer tipo de comida a quem está com fome", diz. "Somos a favor de leis que tratam de doações, desde que esse alimento esteja no prazo, saudável".

Ele relembra outros momentos em que políticos brasileiros se expressaram sobre o tema, como a sugestão de João Dória (PSDB) de oferecer ração humana a vulneráveis e a afirmação de Osmar Terra, à época ministro da Cidadania, de que não existiria fome endêmica no país.

A Ação da Cidadania, que em 2020 distribuiu 72 milhões de pratos de comida, atua com advocacy e formação de lideranças comunitárias. Em novembro, lançou a Agenda Betinho 2020, com 42 propostas de políticas públicas municipais de segurança alimentar.

A intenção é orientar o desenvolvimento de planos de governo comprometidos com a temática e alertar a população sobre o contexto do país.

"A fome não se resolve com assistência social. Não é distribuindo cesta, doando prato. O que resolve é política pública, apoio à agricultura familiar, transferência de renda e geração de emprego", diz Afonso.

Ele resgata a Constituição, dizendo que o direito humano à alimentação está expresso no artigo 6º, que coloca o Estado como responsável pela alimentação de seu povo.

"E, em momentos de emergência, o governo é obrigado a atuar para salvar famílias", afirma Afonso. "Betinho dizia que, quando pessoas passam fome, todos os outros direitos negados, dar um alimento vencido, ração humana, é uma humilhação. É inaceitável".

Dólar cai 0,71% para R\$ 5,02, menor nível em um ano

SÃO PAULO O dólar cedeu 0,71%, a R\$ 5,0240, nesta quinta-feira (17). Este é o menor patamar desde 10 de junho de 2020 (R\$ 4,9398).

A queda vem após a decisão do Banco Central de levar a Selic a 4,25% ao ano. Esta foi a terceira alta consecutiva de 0,75 ponto percentual da taxa básica de juros. O BC anunciou a intenção de dar sequência ao aperto monetário com uma nova alta de pelo menos a mesma magnitude em sua próxima reunião, em agosto.

Os juros também reagiram à decisão do BC. Os contratos de curto prazo tiveram alta. O contrato para abril de 2022 subiu de 6% para 6,16% na sessão.

Stefany Oliveira, analista da Toro Investimentos, disse que o posicionamento mais duro da autarquia foi favorável à moeda brasileira. "Quando os juros domésticos estão mais baratos, é natural que haja fuga de capital, então o dólar se fortalece. Agora, quando acontece o contrário e os juros sobem, o que tende a acontecer é um desconto na moeda americana em relação ao real", afirmou.

Segundo especialistas, há uma maior entrada de capital estrangeiro no mercado local com o aumento de juros principalmente devido a estratégias de carry trade. Elas consistem na tomada de empréstimos em moeda de país de juro baixo e compra de contratos futuros da divisa de juro maior. O investidor, assim, ganha com a diferença de taxas.

Fernando Bergallo, diretor de operações da FB Capital, lembrou que, até recentemente, o Brasil estava "numa situação de um prêmio muito baixo para o risco que o país oferece", referindo-se às mínimas históricas a que a Selic foi baixada em 2020. "Com esse ajuste do Banco Central, é natural que o real volte para patamares mais altos em relação ao dólar".

Além disso, "dados do PIB [Produto Interno Bruto] melhores do que o esperado catalisaram a queda do dólar para os patamares atuais", afirmou. "Os números surpreenderam o mercado positivamente, destravando muitos investimentos, e o fluxo cambial favoreceu o real".

Com Reuters

Flávio diz que Bolsonaro pediu a mercados que segurem preço

Presidente também falou em elevar Bolsa Família para R\$ 270, afirma senador

Ana Luiza Albuquerque e Bernardo Caram

RIO DE JANEIRO e BRASÍLIA Em almoço com empresários do Rio, nesta quinta (17), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) fez um apelo para que os supermercados segurem os preços dos itens da cesta básica. A afirmação foi feita pelo senador Flávio Bolsonaro (Patriota), em entrevista a jornalistas após o evento. Segundo o filho do presidente, Bolsonaro demonstrou preocupação específica com a inflação dos produtos de primeira necessidade. Reconheceu o "grande sacrifício" que os supermercados já fazem, mas fez um apelo para que reduzam ainda mais a margem de lucro, se houver possibilidade. "Dentro de toda essa cadeia produtiva obviamente não são os supermercados os

responsáveis pela alta do preço, a gente entende, o mercado funciona assim. Ele [o presidente] fez esse apelo de reduzir um pouco ainda mais se tiver [inaudível] a margem de lucro", disse Flávio. "A gente compreende que é uma equação difícil de fechar. Você tem que sustentar aqueles que não têm condições, que precisam ter o que comer, e, em razão do aumento da procura, a consequência natural é a elevação dos preços". O senador afirmou que o governo federal quer prorrogar por alguns meses o auxílio emergencial e ampliar a base da Bolsa Família para cerca de R\$ 270. Também estudada a mudança de nome do programa, possivelmente para Alimenta Brasil.

Na terça-feira (15), em declaração que pegou ministros de surpresa, o presidente afirmou que o novo Bol-

sa Família teria valor médio ampliado dos atuais R\$ 190 para R\$ 300. Técnicos afirmam que esse valor não estava no radar, e para viabilizar a demanda do presidente, passaram a avaliar cortes em outros gastos e uma ampliação mais tímida no público do programa.

Até esta quinta, os ministérios da Economia e da Cidadania ainda trabalhavam nas contas do programa em busca de um aumento no valor médio do benefício. Ainda não há data para apresentação da proposta. Em relação ao pedido de que os supermercados segurem preços, esse não é o primeiro movimento do tipo feito pelo presidente. Em setembro do ano passado, Bolsonaro pediu "patriotismo" para que os empresários evitassem repassar ao consumidor a alta de preços dos alimentos.

Poucos dias depois de Bolsonaro ter voltado a questionar a comprovação científica da Coronavac, o filho do presidente negou que haja discurso negacionista por parte do governo. Afirma, ainda, que a aceleração da vacinação permitirá a retomada da economia e das vendas dos brasileiros. A aceleração do calendário de vacinação foi uma das propostas apresentadas pelos empresários fluminenses ao presidente para retomar a economia do estado. Na entrevista desta quinta-feira, o filho do presidente, que é senador, deu informações sobre medidas e ações desenvolvidas internamente pelo Poder Executivo e que ainda não foram apresentadas formalmente.

A atuação do parlamento em decisões do governo federal já gerou críticas entre

aliados do presidente. Como mostrou a Folha, Flávio tem influência sobre nomeações feitas por Jair Bolsonaro, sobretudo no campo jurídico.

Pessoas próximas a Flávio dizem que temas relacionados a Justiça e agências reguladoras passam pelo senador, que fala com o pai diariamente.

Ele também gosta de participar quando o assunto é economia. Conversa frequentemente com os ministros Paulo Guedes (Economia) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), relata um funcionário ligado aos Bolsonaro.

Um grupo que se reuniu com Bolsonaro nesta quinta-feira foi formado por empresários de setores da indústria, supermercados, hotelaria, comércio, turismo, serviços, alimentação e eventos. Também esteve no almoço o governador do Rio, Cláudio Castro (PL). Os empresários também se reuniram ao presidente a manutenção do auxílio emergencial para pessoas e empresas e a aprovação do plano de adesão do estado ao novo Regime de Recuperação Fiscal, para equilibrar as contas do estado. Pediram, ainda, investimentos em rodovias federais que cortam o Rio de Janeiro e incentivam a criação de um Polo de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação no estado.

Flávio Bolsonaro senador (Patriota-RJ)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANTOS ESTÁCIA BALNEÁRIA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE OBRAS DE COORDENADORIA DE LICITAÇÕES AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/008/2021

CONSULTA PÚBLICA A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV, torna pública que realizou Concurso Público buscando identificar possíveis alternativas para aquisição de Equipamentos para Rede WAN-Backbone.

SPDM-ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA / AME JARDIM DOS PRADOS, convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico DE Nº 007/2021, realizado para o Contrato de empresa especializada para prestação de Manutenção, Operação e Controle de Sistemas de Ar Condicionado.

Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais e seus Derivados do Estado de São Paulo Edital de Convocação para Assembleia Geral

COMUNICADO O/AOS CLIENTES A O/A S/A, em Recuperação Judicial, Convenciona o Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, no âmbito local da Região II do Plano Geral de Outorga - PGO, a seguinte:

COMUNICADO O/AOS CLIENTES A O/A S/A, em Recuperação Judicial, Convenciona o Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, no âmbito local da Região II do Plano Geral de Outorga - PGO, a seguinte:

Table with 18 columns: localidade (Evalada, AA, BA, CA, DA, EA, FA, GA, HA, IA, JA, KA, LA, MA, NA, OA, PA, QA, RA, SA, TA, UA, VA, WA, XA, YA, ZA), tarifa (100, 200, 300, 400, 500), and hora (diária, noturna, madrugada). Rows represent various municipalities and tariff types.

Table with 10 columns: cidade (Londrina, Teresopolis, Curitiba, Curitiba, Curitiba, Curitiba, Curitiba, Curitiba, Curitiba, Curitiba) and tarifa (Mínimo, Intermediária, Superior, Superior, Superior, Superior, Superior, Superior, Superior, Superior).

Table with 10 columns: cidade (Londrina, Teresopolis, Curitiba, Curitiba, Curitiba, Curitiba, Curitiba, Curitiba, Curitiba, Curitiba) and tarifa (Mínimo, Intermediária, Superior, Superior, Superior, Superior, Superior, Superior, Superior, Superior).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico Nº 120/2021 - Proc. Adm. Nº 442/2021 Objeto: Registro de Preços para o fornecimento parcelado de FRUTAS DESECCADAS E CORRELATOS.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS AVISO DE LICITAÇÃO O Governo do Rio Grande do Norte, através de Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO PREGÃO ELETRÔNICO PE 288/2021 - PEC/2021/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KIT LANCHE, CAFE DA MANHÃ/TARDE E REFeição ALMOODANTAR.

vivo Comunicado A Telefônica Brasil S/A, devidamente denominada Vivo, operadora de Serviço Móvel Pessoal (SMP) nas Regiões I, II e III da PUA, comunica a seus clientes e ao público em geral que a partir do dia 18/07/2021 o serviço digital SERVICE PREMIER e PREMIER incluem nos planos promocionais Pós-Pago VIVO SÉRIE SKYDITY PREMIER 25GB e VIVO SÉRIE PREMIER 35GB, respectivamente.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2021 PROCESSO SEI Nº 20.22.00001000664.2021-18

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite,

Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mota,

Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Às pressas

Nova Lei de Improbidade gera desconfiância, mas contém avanços e pode ser aprimorada no Senado

Promulgada em 1992, na esteira dos escândalos que levaram o governo Fernando Collor ao fim, a Lei de Improbidade Administrativa sempre foi uma espécie de atalho no enfrentamento da corrupção.

Ao abrir caminho para ações na área cível contra autoridades que praticassem desvios, ela permitiu que o Ministério Público alcançasse em toda parte políticos que se livravam de punição na esfera penal em instâncias superiores onde tinham direito a foro especial.

A lei ampliou poderes conferidos a promotores e procuradores após a redemocratização do país e contornou limitações da área penal, criando novo mecanismo de controle para afastar do palco mandatos desonestos e fazê-los pagar por danos causados ao erário.

Com o tempo, entretanto, as imperfeições da lei tornaram-se evidentes. Ao definir de forma muito genérica as condutas que poderiam ser objeto de ações, ela acabou servindo para justificar medidas arbitrárias e criou insegurança na administração pública.

Na quarta-feira (16), a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que introduz modificações profundas na legislação, redefinindo seu alcance, as punições previstas e limites para o Ministério Público.

A principal mudança restringe as ações de improbidade a casos em que for possível demonstrar que havia intenção clara de lesar

os cofres públicos, definindo com maior precisão os atos administrativos que deveriam ser cobidos.

A ideia é evitar que erros corriqueiros sejam tratados com o rigor imposto a casos graves de corrupção e enriquecimento ilícito, mas representantes do Ministério Público viram na mudança uma brecha que poderá ser explorada por políticos inescrupulosos.

Embora o projeto viesse sendo debatido há três anos na Câmara, muitas inovações foram incluídas às pressas, sem maiores discussões, depois que o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), impôs regime de urgência à votação.

Ele mesmo condenou duas vezes com base na lei, em processos que se arrastam na Justiça de Alagoas sem desfecho, Lira conspirou com os esforços feitos para modernizar a lei, criando a impressão de que agia em causa própria.

Punições previstas para algumas infrações foram atenuadas, incluindo, para casos de enriquecimento ilícito e atos que impliquem prejuízo ao erário, a proibição de ocupar cargos por até 14 anos. Mas o projeto da Câmara deixou de fixar penas mínimas, o que pode levar a punições muito brandas.

Caberá agora ao Senado examinar o texto e corrigir equívocos. O essencial é modernizar a lei para que ela ajude a conter desvios sem estimular voluntarismos nem empenhar a administração pública.

Debelar a inflação

BC indica juros mais altos, medida amarga mas necessária para evitar dano social maior

Em decisão esperada, o Banco Central elevou mais uma vez a taxa básica de juros, desta vez de 3,5% para 4,25% ao ano. A medida decorre de pressões inflacionárias persistentes, iniciadas no atacado, e do choque cambial do ano passado, e que agora chegam com força aos índices de preços ao consumidor.

Uma novidade do comunicado do Comitê de Política Monetária foi o abandono da premissa que se vinha adotando desde a primeira elevação dos juros em março — a de que seria necessário apenas um ajuste parcial, não uma remoção completa dos estímulos.

Na prática, isso significa que o BC espera subir a Selic até pelo menos o chamado nível neutro, aquele que deixa de estimular o crescimento do Produto Interno Bruto. Esse patamar não é observável diretamente, mas as estimativas mais comuns sugerem algo próximo a 6,5% ao ano.

O tom geral do comunicado é de mais confiança na retomada da economia, de um lado, mas de maior preocupação com a inflação, de outro. O repasse dos preços de matérias-primas para bens industriais tem se mostrado forte, e surgem no horizonte novas pressões.

Uma delas é a perspectiva de alta adicional da tarifa de energia,

em razão do agravamento da crise hídrica. No segundo semestre, além disso, a provável reabertura de atividades com o avanço da vacinação pode abrir espaço para uma recomposição dos preços dos serviços, hoje defasados.

Tudo somado, as projeções para o IPCA neste ano já se situam em torno de 6%, muito acima da meta oficial de 3,75%.

O quadro é delicado também por causados riscos de inflação na economia internacional, embora em escala menor que no Brasil. Não por acaso, o banco central americano indicou na quarta-feira (16) que pretende subir os juros mais cedo do que o esperado até então.

O aperto monetário no Brasil é amargo, mas necessário no contexto de hoje para evitar danos maiores — que afetam sobretudo o poder de compra da população mais pobre. Um efeito visível das ações do BC já se mostra na cotação do real, que tem se recuperado, algo importante hoje para afastar o risco de novos choques de custos.

Qualquer perspectiva mais positiva, contudo, depende de continuidade da retomada com o avanço da vacinação, que é provável a despeito do negacionismo do Plano, e de maior confiança na gestão das contas públicas.



A Bíblia e o ódio

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Em plena homilia, um padre mato-grossense se pôs a insultar um jornalista de TV que, no Dia dos Namorados, fizera o vivo uma declaração de amor ao parceiro. O MP abriu investigação contra o clérigo.

A religião já teve (e ainda pode ter) a função de promover a sociabilidade, integrando as pessoas de uma comunidade. Mas, no ambiente de sociedades densamente povoadas por indivíduos com os mais diversos backgrounds culturais em que vivemos hoje, não há nada mais antissocial do que meter o dedelho na sexualidade alheia. O que dois ou mais adultos fazem de forma consensual em matéria de sexo é assunto só deles.

Meu propósito hoje não é reafirmar o óbvio, mas destacar uma inconsistência dos tempos em que vivemos. É o que chamamos de trilema do Levítico, que assevera (1) que somos uma sociedade aberta, que garante a liberdade de expressão e não faz censura, (2) que protege minorias, limitando discursos intolerantes, e (3) que o Judiciário é capaz de equilibrar esses prin-

cípios nem sempre compatíveis.

Ele não é capaz, e é uma citação bíblica, Levítico 24:13, que o prova: "Se um homem se deitar com outro homem como quem se deita com uma mulher, ambos praticaram um ato repugnante. Terão que ser executados, pois merecem a morte". Por maior que seja a latitude hermenêutica que estejamos dispostos a nos autoconceder, não vejo como interpretar essa passagem senão como profundamente homofóbica, incidindo em discurso de ódio.

E o que a Justiça poderia fazer? Nem eu, que não sou o maior fã das religiões, sugeriria censurar a Bíblia. Talvez só proibir clérigos de ler trechos como esse (e há vários deles) diante da congregação? Exigir notas explicativas? Ou quem sabe desistir de proteger minorias para dar curso à "vontade de Deus"?

Minha solução, longe de consensual, é manter intacta a liberdade de expressão e punir com máximo vigor qualquer agressão que vá além das palavras.

heio@uol.com.br

Bolsonaro e os paupérrimos

Bruno Boghossian

BRASÍLIA No meio da semana, Jair Bolsonaro anunciou um aumento de 50% no valor do Bolsa Família. Dias depois, ele se riu com donos de supermercados e pediu que dessegurassem os preços dos produtos de cesta básica. Os dois movimentos mostram que o presidente enxerga sua sobrevivência política nas mãos da população mais pobre.

Bolsonaro tentará conter um desgasamento que pode custar sua reeleição. Em 2018, ele recebeu um impulso inicial dos brasileiros mais ricos, mas só conseguiu chegar ao Planalto porque conquistou espaço em outras faixas. Números do Datafolha indicam que um de cada quatro votos que ele teve no primeiro turno veio do segmento renda mais baixa.

A relação do governo com esses eleitores anda mal. A crise econômica penalizou principalmente os brasileiros mais pobres, o auxílio emergencial esgotou, e os efeitos da retomada demoram a chegar. O desemprego está nas alturas e a inflação para os mais pobres se aproxima dos 9%, segundo o Ipea.

Esbofeteados por Bolsonaro

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO No momento em que você estiver lendo este texto, a Covid terá atingido perto de 18 milhões de brasileiros. Desses, quase meio milhão já perderam a vida, e essa estatística está longe do fim. Mais de 1 milhão estão "em acompanhamento" — na fila por um leito, respirando por uma máquina ou inconscientes numa UTI — e 16 milhões se recuperaram. Dos que morreram ou estão lutando pela vida, só os seus médicos e familiares saberão dizer. Mas, pelos relatórios dos sobreviventes, podemos calcular o que representou para eles ter o inimigo dentro de si.

Imagino que mesmo para os assintomáticos houve certa apreensão ao serem informados de que o teste deu positivo. Quer crer que até os seguidores de Jair Bolsonaro entre eles terão acusado um susto — por que, ainda que convencidos de que a Covid era uma "gripezinha", como adivinha como ela se desenvolveu? Claro que, tratados com cloroquina, Coca-Cola e Gatorade, e tendo o vírus cedido espontaneamente,

a disputa pelos votos desse grupo deve definir a eleição. Na pandemia, Bolsonaro perdeu apoio nos andares mais altos da pirâmide de renda, mas tem a expectativa de reativar o antipetismo dessas camadas e recuperar seus votos num provável segundo turno contra Lula. Entre os mais pobres, no entanto, essa ferramenta tende a ser menos eficaz.

Lula mantém uma fortaleza política nesses segmentos. Numa disputa direta com Bolsonaro, as pesquisas mostram que o petista venceria por 68% a 32% nos votos válidos dos brasileiros de baixa renda. Se a rejeição ao presidente se cristalizar nessa faixa numerosa, será quase impossível evitar uma derrota.

O objetivo de Bolsonaro não será bater Lula na baixa renda, mas evitar uma lavada. O presidente já decidiu usar a caneta e aumentar os gastos para se reabilitar nessa faixa. A tarefa será especialmente difícil para um governo cujo ministro da Economia diz que a classe média exagera no prato de comida e sugere que as sobras podem alimentar os pobres.

te, tais infectados se jactaram da eficácia de seu tratamento.

Não sei quantos deles estão entre os 18 milhões. Mas sei de muitas pessoas que não tiveram igual sorte e, com ou sem recursos, ainda sofrem as consequências da doença. Ouço falar de graves problemas pulmonares, cardíacos, renais, intestinais. De joelhos e calcaneares inchados, formigamento nas pernas, pés que não escquentam, dificuldade para reaprender a andar. De ansiedade, depressão, angústia, enxaqueca, insônia, perda de paladar e olfato. Alguns levarão para sempre a rouquidão, provocada pela intubação.

Entre os 18 milhões de "recuperados", muitos tiveram a vida pessoal, emocional e profissional destruída. Eles também talvez sejam alguns milhões. Bolsonaro os esbofeteia diariamente com sua crueldade e seu deboche. Quantos não terão sido seus eleitores?

A ver se continuarão a ser.

Evasão escolar e motivação

Claudia Costin

Diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, da FGV. Escreve às sextas

acompanhei, com grande preocupação, a pesquisa realizada pelo Conselho Nacional da Juventude em 2020, em meio à pandemia, que mostrava que 28% dos jovens pensavam em desistir de estudar. Pois bem, um ano depois, já são 43%.

As razões são as esperadas: a crise econômica que resultou do prolongamento da Covid e as dificuldades de acesso ao ensino remoto, que tanto prejudicaram a aprendizagem. O vínculo se rompeu e os jovens se desconectaram não só das aulas mas da própria escola.

Mas que não houvesse abandono escolar antes da pandemia, mas o crescimento dos que afirmam não pretender voltar é assustador em tempos de automação acelerada e poucas chances de trabalho digno para quem não concluiu o ensino médio. Isso deveria servir como emergência que se soma à das aprendizagens perdidas pelos que prosseguiriam seus estudos.

Vários estados começaram a fazer a busca ativa de alunos que não voltaram ou se desligaram do processo de aprendizagem remota. O Unicef tem desempenhado importante papel em incentivar e orientar tecnicamente este esforço.

Mas a intenção de abandonar os bancos escolares não está ligada só à necessidade de complementar o orçamento familiar em meio à crise, ou à falta de conectividade. Há, além disso, um problema de motivação para aprender.

Tanto tempo longe das escolas e a inadequação dos métodos assíncronos de ensino, representados por roteiros escritos a serem preenchidos e programas de rádio e televisão, certamente trouxeram um desengajamento dos jovens.

Dá o acerto do tema escolhido pelo Instituto Ayrton Senna para seu Seminário Internacional realizado nesta semana: motivação em educação.

Discutir com especialistas e gestores educacionais como se assegura motivação em crianças e jovens para uma boa gestão da aprendizagem e ouvir pessoas que se motivaram, ao longo da vida para realizar projetos transformadores, foi uma estratégia bem adequada ao momento em que vivemos. Tive, neste sentido, a incrível oportunidade de entrevistar, no seminário, a dra. Jane Goodall, primatóloga reconhecida mundialmente, a partir do seu trabalho pioneiro com chimpanzés na Tanzânia.

Desenvolver nos alunos habilidades de autorregulação incentivá-los a se conhecer melhor e a pensar em seu projeto de vida, são estratégias associadas, de acordo com as pesquisas, a maior motivação, bem-estar e sucesso acadêmico. Tenderão também, com certeza, a favorecer a permanência dos jovens na escola.

Mais do que buscar os adolescentes que abandonaram a escola, precisamos evitar que eles a considerem desconectada de seus sonhos de futuro e dela desistam!